

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

Bolsista: Giovana da Silva Gouvêa

Linha de Pesquisa: Cultura política e a questão social no Brasil – Uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI

Período de Coleta: 01 de junho de 2023 até 30 de junho de 2023

Data da notícia: **01/06/2023**

Título: Senado aprova PL da igualdade salarial entre homens e mulheres

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/senado-aprova-pl-da-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres/>

O Senado aprovou, nesta quinta-feira 1^o, o projeto de lei que garante igualdade salarial entre mulheres e homens que exercem a mesma função. A matéria segue para a sanção do presidente Lula (PT).

A equiparação salarial entre homens e mulheres foi uma promessa de campanha do petista. O texto foi protocolado pelo governo em março.

A redação que chegou ao Senado, da deputada Jack Rocha (PT-ES), estabelece mecanismos de transparência e de remuneração a serem seguidos pelas empresas, determina o aumento da fiscalização e prevê a aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento das regras.

Um levantamento da consultoria IDados, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostrou que as mulheres ganham cerca de 20% menos do que os homens no Brasil.

Data da notícia: **01/06/2023**

Título: Senado aprova MP que reestrutura ministérios no limite do prazo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/01/senado-aprova-mp-que-reestrutura-ministerios-no-limite-do-prazo>

O governo federal conseguiu garantir que o Congresso Nacional validasse a Medida Provisória (MP) editada em janeiro que reorganizou a estrutura ministerial da Esplanada. A confirmação ocorreu nesta quinta-feira (1º), quando o Senado converteu o texto em lei, com 51 votos favoráveis e 19 contrários - além de uma abstenção.

Os senadores não promoveram alterações na estrutura aprovada pela Câmara na noite desta quarta-feira (31). Apesar de ter mantido a estrutura básica organizada pelo governo Lula em janeiro, o relatório aprovado esvaziou as pastas do Meio Ambiente e dos Povos Originários. O segundo não terá mais competência formal para demarcar terras indígenas. O primeiro perdeu órgãos relacionados ao controle de recursos hídricos, resíduos sólidos e ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A conversão da MP em lei no último dia possível é o desfecho de uma tensão entre Planalto e Congresso, especialmente a Câmara. No ápice das tensões, Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, chegou a ameaçar sutilmente o governo com a possibilidade de sequer votar o texto. Caso a medida caducasse, a Esplanada dos Ministérios voltaria a se organizar tal como no último dia de governo Bolsonaro (PL).

Senadores e senadoras seguiram, com poucas exceções, as orientações partidárias em relação à MP. A única legenda na qual todos integrantes votaram contra a medida foi o Republicanos, já que nem o PL - partido de Jair Bolsonaro - conseguiu manter a coesão absoluta de sua bancada, com um senador, Zequinha Marinho (PA), endossando a medida.

Do outro lado, apesar das orientações dos líderes, algumas poucas defecções ocorreram. Sérgio Moro (União Brasil-PR) e Marcos do Val (Podemos-ES), como de praxe, votaram contra o governo federal - e contra a orientação de suas legendas.

Data da notícia: **02/06/2023**

Título: Professores do estado do RJ mantêm greve e programam novos protestos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/02/professores-do-estado-do-rj-mantem-greve-e-programam-novos-protestos>

Professores da rede estadual de ensino público do Rio de Janeiro aprovaram na quinta-feira (1º), em encontro promovido pelo sindicato da categoria, o Sepe-RJ, a continuidade da greve para que o governador Cláudio Castro (PL) atenda às reivindicações dos trabalhadores de ensino, incluindo a área administrativa das escolas

A assembleia ocorreu no Clube Hebraica, em Laranjeiras, próximo ao Palácio Guanabara, na zona sul do Rio. Após o encontro, que reuniu mais de 2 mil pessoas, houve um ato em frente à sede do governo do estado.

Na assembleia, a categoria, que está em greve desde 17 de maio, aprovou seis pontos que vão nortear as negociações com o governo. O primeiro deles reivindica a revogação do decreto nº 48.521/2023. O decreto do governo descumpre o Plano de

Carreira (Lei 1.614/1990) e atinge apenas uma minoria dos professores e exclui os funcionários.

Os trabalhadores da rede estadual também pedem a aplicação do piso nacional do magistério, a partir do nível 1 do Plano da educação, e que aposentados e funcionários administrativos têm que estar contemplados no piso. Além disso, nenhuma disciplina deve ter menos de 2 tempos no ensino médio.

Em outro ponto, o Sepe-RJ condiciona a negociação ao abono das faltas por greve desde 2016. Os demais pontos da pauta geral já apresentado ao governo foram mantidos.

Calendário da greve

A partir desta sexta-feira (2) até segunda-feira (5), nomeado como o "Dia D" dos atos de núcleos e regionais da capital, haverá diversas manifestações no estado. Na segunda, haverá uma reunião das lideranças da greve na sede do Sepe, às 18 horas.

Na terça-feira (6), haverá reunião do conselho deliberativo do Sepe às 10h. Mais tarde, às 14h, os trabalhadores se reúnem em assembleia geral e fazem um ato no centro da cidade. O Sepe ainda não confirmou o local

Na quarta-feira (7), haverá uma plenária com os movimentos sociais e figuras públicas em apoio à greve dos profissionais do estado, às 18h, no auditório do Sepe, na Rua Evaristo da Veiga, nº 55/7º andar, no centro do Rio.

Data da notícia: **03/06/2023**

Título: Aprovado na Câmara e pendente no Senado, marco temporal volta ao STF após dois anos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/03/aprovado-na-camara-e-pendente-no-senado-marco-temporal-volta-ao-stf-apos-dois-anos>

Sob pressão de organizações indígenas, a análise do marco temporal será retomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na próxima quarta-feira (7). A Corte interrompeu a votação em 2021, após um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

Até agora dois ministros votaram: o relator Edson Fachin, contra o marco temporal, e o ministro Nunes Marques, a favor. A paralisação da análise por dois anos abriu brechas para que a bancada ruralista emplacasse a votação da medida na Câmara dos Deputados.

Impulsionado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), o marco temporal foi aprovado em regime de urgência pela Câmara na última semana. Parlamentares ruralistas tinham pressa para se antecipar ao STF. No Senado, o projeto deve tramitar de forma regular, sem caráter de urgência.

Indígenas de todo o Brasil começam a mobilização em Brasília (DF) a partir de segunda-feira (5). O acampamento convocado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) busca sensibilizar os ministros da Corte contra a aprovação do marco temporal.

A assessoria jurídica da Apib já avaliou que a decisão da Suprema Corte poderá influenciar eventuais leis do Congresso que contenham o marco temporal.

"O que tem que prevalecer é o entendimento do STF porque ele é o guardião da Constituição. Logo, os preceitos do PL 490 [do marco temporal], e futuramente a lei que pretende se criar, serão inconstitucionais", analisou, em 2021, a advogada Samanta Pataxó.

Entenda o marco temporal

O marco temporal é uma tese jurídica defendida pelo agronegócio, repudiada pelas organizações indígenas e considerada inconstitucional por juristas e advogados - indígenas e não indígenas.

A proposta muda radicalmente o critério para demarcações ao estabelecer que apenas as terras já ocupadas por povos indígenas em 5 de outubro de 1988 - data da promulgação da Constituição - podem ser reivindicadas por eles.

Um grupo indígena que tenha ocupado um território por séculos, mas que não estivesse no local na data exata estabelecida pelo marco temporal, pode ficar sem direito à demarcação.

Lideranças e advogados indígenas, juristas e ambientalistas consideram que o critério poderá paralisar novas demarcações e também permitir o questionamento na Justiça de processos demarcatórios já concluídos.

Data da notícia: **03/06/2023**

Título: Podemos pede que STF derrube proibição de religiosos em terra yanomami

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/podemos-pede-que-stf-derrube-proibicao-de-religiosos-em-terra-yanomami/>

O partido Podemos pediu ao Supremo Tribunal Federal a derrubada da portaria da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) que proibiu o acesso de religiosos e o 'proselitismo religioso' em terras Yanomamis. As informações são do site Conjur deste sábado 3.

O partido argumenta, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, que a norma editada pelas entidades ferem direitos constitucionais relacionados às liberdades religiosa e de manifestação, além de ferir a laicidade estatal.

A norma foi editada no início deste ano, auge da crise humanitária que assolou indígenas Yanomamis em Roraima. A regra, entre outras questões, visa dificultar o livre acesso de criminosos ao território protegido e fez parte das ações de evacuação

de garimpeiros na região. A regra também visava impedir o contato de indígenas com novas doenças em um contexto de precariedade nutricional, imunológica e de condições sanitárias na TI.

O ponto questionado pelo Podemos é que a norma editada proíbe o proselitismo religioso, uma tentativa de conquistar fiéis em meio ao caos humanitária instalado na região. A regra impedia, por exemplo, o exercício de atividades religiosas junto aos povos indígenas e o uso de roupas com imagens ou expressões religiosas nos atendimentos no local.

A regra, importante dizer, não foi editada ao acaso. Na gestão anterior, missionários cristãos chegaram a receber valores do governo de Jair Bolsonaro para atuarem nas terras indígenas. Uma das problemáticas da ação é o acultramento e faz parte, segundo especialistas, do genocídio da população local.

Ainda assim, o Podemos quer a liberação do tribunal para que religiosos voltem ao local com as ações. O relator do caso é o ministro Dias Toffoli.

Data da notícia: **05/06/2023**

Título: Lula vai a Pernambuco nesta terça (6) para relançar programa Farmácia Popular

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/05/lula-vai-a-pernambuco-nesta-terca-6-para-relancar-programa-farmacia-popular>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) volta a Pernambuco nesta semana para cumprir agendas na Região Metropolitana do Recife e na Zona da Mata Norte. O pernambucano chega ao estado nesta terça (6) e tem seu primeiro compromisso na cidade de Goiana.

A partir das 15h, Lula vai visitar o polo automotivo da cidade. Na Semana do Meio Ambiente, Lula anuncia hoje (5) um pacote de medidas voltada para a área e deve visitar na terça (6) a unidade da Stellantis, fusão da Fiat Chrysler Automobiles com a montadora francesa PSA Group, que fica em Goiana e lidera o ranking mundial no Índice *Green Factory*.

Na quarta-feira (7), em Recife, Lula vai ao Compaz Eduardo Campos, no bairro da Linha do Tiro, para lançar o novo programa Farmácia Popular. A atividade tem início às 10h. Criado em 2004, no segundo ano de mandato de Lula sob coordenação do então Ministro da Saúde Humberto Costa (PT), hoje senador, o programa tem o objetivo de garantir medicamentos a baixo custo para a população.

Na última vez em que esteve no estado, em março, Lula relançou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em uma solenidade no ginásio de esportes Geraldo Magalhães, no Recife.

Logo depois, o presidente irá seguir em comitiva para o município do Paulista, onde inaugura um campus do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Presidente deve seguir para a Bahia.

Data da notícia: **05/06/2023**

Título: CPMI do 8 de janeiro começa nesta terça (6) com apresentação e votação do plano de trabalho

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/05/cpmi-do-8-de-janeiro-comeca-nesta-terca-6-com-apresentacao-e-votacao-do-plano-de-trabalho>

Começam nesta terça-feira (6) os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro. A sessão de apresentação e votação do plano de trabalho estava prevista para ocorrer no último dia 1º, mas foi adiada para esta

semana para não atrapalhar a tramitação da Medida Provisória (MP) que reorganizou os ministérios do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Segundo a relatora da CPMI, a senadora Eliziane Gama (PSD-MA), foram feitas modificações no plano de trabalho, já levando em conta centenas de requerimentos que foram apresentados pelos integrantes da CPMI. A elaboração e apresentação do roteiro para as atividades está a cargo da senadora.

Mesmo sem os trabalhos iniciados, perto de 800 pedidos já foram apresentados. "Nosso plano de trabalho vai tentar se aproximar o máximo possível do sentimento da maioria da CPMI. Faremos um plano de trabalho importante, conciso e focado no objeto principal", adiantou a senadora.

A congressista também afirmou recentemente que falsos testemunhos feitos à CPMI serão punidos com pedidos de prisão. "Se tiver falso testemunho na CPI, pedido de prisão será feito. Nós não vamos aceitar avacalhar os trabalhos da comissão. E eu, como relatora, não vou aceitar achar que vem para a comissão tripudiar ou tentar manipular ou instrumentalizar o colegiado", declarou em entrevista ao jornal *O Globo* neste domingo (8)

Na mesma linha, o deputado Arthur Maia (União Brasil-BA), presidente da CPMI, afirmou que não aceitará que os trabalhos da comissão "descambem para a anarquia". "Não vou sequer pautar, não vou dar nenhum crédito a pessoas que queiram utilizar a CPI de maneira política para fins eleitorais", disse também em entrevista ao *O Globo*.

"Vou cumprir o nosso papel, a consequência do cumprimento do nosso papel vai para o Ministério Público para fazer as suas ações", afirmou. "A CPI investiga e apresenta resultados de uma investigação, não é a CPI e nem o Congresso Nacional que pune as pessoas. A gente tem que cumprir nosso papel, a consequência não está sob nosso poder."

"Vou me valer de todos os instrumentos que estiverem disponíveis, em última instância, até denúncias ao Conselho de Ética para evitar que haja qualquer tipo de balbúrdia de pessoas que queiram tumultuar os trabalhos da CPI", disse Maia.

Estratégias

Inicialmente oposto à instauração de uma investigação parlamentar em meio aos esforços para impor uma agenda no Congresso Nacional, o governo alterou sua posição após a divulgação de imagens do então ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Gonçalves Dias em meio a manifestantes dentro do Palácio do Planalto no dia dos atos golpistas.

A mudança de atitude no governo fez com que a determinação da oposição em instaurar a comissão diminuísse. Anteriormente, o objetivo era estabelecer uma narrativa de negligência por parte do Executivo que assumiu o poder em janeiro de 2023, mas agora a intenção da oposição é controlar os danos. A oposição foca, por exemplo na convocação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), e do próprio Gonçalves Dias.

Por sua vez, a base governista apresentou uma série de pedidos de convocação, que incluem nomes como Anderson Torres, então secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, e Mauro Cid, ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Comandantes da Polícia Militar do Distrito Federal também devem ser convocados, juntamente com os autores das invasões já identificados e presos.

Bolsonaro na CPMI?

Até o momento, não há solicitações para o comparecimento do nome de Bolsonaro, que fez uma postagem no dia dos eventos, nem da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. No entanto, possíveis convocações de ambos não estão descartadas à medida que a CPMI avança.

A senadora Eliziane Gama afirmou que ainda é cedo para dizer se Bolsonaro será convocado. "O que foi a invasão na sede dos Três Poderes? É uma invasão em Casas que representam a República brasileira. Subentendem que estava em curso claramente um ato golpista caracterizado pelo incentivo e pelo questionamento do processo eleitoral."

"Vamos apresentar nosso plano de trabalho, e se a gente vir que há necessidade de chamarmos o ex-presidente, vamos chamar", disse a senadora ao afirmar que Bolsonaro "é o maior formador de opinião do país, pela posição estratégica que tem" e que suas posições têm impacto "para o bem e para o mal".

"Vamos fazer uma relação das falas dele e, ao mesmo tempo, entender melhor como se deu esta conversação dele, o envolvimento dele com pessoas que podem estar diretamente ligadas ou não ao processo do 8 de janeiro. Vamos buscar financiadores."

Convocação de igrejas

Os deputados federais do PSOL Pastor Henrique Vieira (RJ) e Erika Hilton (SP) solicitaram na CPMI do 8 de janeiro a investigação dos responsáveis por três igrejas evangélicas suspeitas de financiarem os atos golpistas: Igreja Presbiteriana Renovada, do Mato Grosso, Igreja Batista de Maceió, de Alagoas, e Assembleia de Deus de Xinguara, do Pará.

Outro requerimento solicitando a convocação do pastor Thiago Bezerra, da igreja Amor Supremo, em Goiás, também foi protocolado. "O pastor, usando o pseudônimo 'Regina Brasil', coordenava um grupo no aplicativo de mensagens instantâneas 'Telegram' no qual se referia à Festa da Selma."

"Realçamos já ter sido exposto que Festa da Selma era o código para convocar seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro para se fazerem presentes no ato golpista do dia 08, indicando inclusive onde era possível embarcar em um ônibus para a vinda a capital do país", diz um trecho do requerimento.

Data da notícia: **05/06/2023**

Título: Amazônia tem 62 ataques a desde jornalistas desde os assassinatos de Dom e Bruno

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/amazonia-tem-62-ataques-a-jornalistas-desde-os-assassinatos-de-dom-e-bruno/>

Um levantamento divulgado pela organização Repórteres Sem Fronteiras aponta que desde o assassinato do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Araújo no Vale do Javari (AM), em 5 de junho de 2022, 62 casos de ataques contra jornalistas na Amazônia foram registrados

As informações são preliminares e constam de um estudo do Observatório de Violações da Liberdade de Imprensa na Amazônia.

Segundo o levantamento, 40 homens, 18 mulheres e quatro equipes foram alvo de violência na região. Em ao menos 13 casos, houve agressão física.

Os ataques incluem cinco ameaças de morte, três atentados a sedes de veículos e quatro processos judiciais com decisões arbitrárias contra os profissionais da imprensa.

Ainda de acordo com o relatório, mais da metade dos agressores é declaradamente de extrema-direita, a exemplo de “membros do crime organizado, trabalhadores de empresas de mineração, de garimpos, setores agroindustriais e turísticos”.

Dom e Bruno foram mortos enquanto viajavam para entrevistar líderes indígenas e ribeirinhos em comunidades próximas ao Vale do Javari. O jornalista preparava um livro sobre a Amazônia, enquanto Bruno – licenciado da Funai desde 2020 – trabalhava como consultor técnico da Univaja

Suspeito de ser o mandante do crime, o empresário Rubens Villar Pereira obteve habeas corpus da Justiça e está em liberdade provisória desde outubro do ano passado, após pagar uma fiança de 15 mil reais.

Atualmente, três pessoas acusadas de participação nas mortes estão presas, à espera de julgamento. Há três semanas, o ex-presidente da Funai, Marcelo Xavier, e o ex-vice presidente Alcir Amaral Teixeira foram indiciados por omissão no caso.

Entidades e organizações cobram mais segurança

Em meio às solenidades da data, entidades e organizações da sociedade civil se reuniram, em São Paulo, para exigir do governo federal mais segurança a jornalistas e respostas à violência na Amazônia Legal.

Jornalistas do Forbidden Stories – consórcio de veículos e repórter na cobertura colaborativa dos crimes ambientais na região fronteira do Vale do Javari – e entidades de classe apontam “negligência” do governo federal ante a mecanismos “inoperantes” de proteção a jornalistas e povos indígenas locais.

“O Estado brasileiro não é ausente, é inoperante”, disse o jornalista Rodrigo Pedroso, citando a atuação de dois batalhões do Exército na região. “Quando questionamos as operações dos pelotões responsáveis pela segurança local, nos enviam dados sobre de efetivo e combustível, por exemplo. Mas para que?”, questiona.

Embora o Brasil tenha subido posições no mais recente ranking do Repórteres Sem Fronteiras, que mapeia globalmente a liberdade de expressão, ainda está abaixo dos 100 primeiros países classificados pelo indicador.

“O assassinato de Bruno e Dom não é um caso isolado, faz parte de um cenário sistêmico e estruturado contra as vozes que denunciam abusos e violações de denúncia contra os povos indígenas”, lamenta Artur Romeu, diretor do escritório da América Latina do RSF.

Rodrigo Portella, porta-voz do Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas, ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ressalta que o governo Lula

busca criar políticas para fortalecer a integridade legal e física de jornalistas no Brasil – especialmente e em regiões sensíveis como a do Vale do Javari.

O observatório, explicou, busca articular uma rede de cooperação técnica de assessoria jurídica gratuita entre governo federal e jornalistas de todo o país. “Queremos trazer não só a grande imprensa, mas também jornalistas independentes e periféricos”, afirmou

Em breve, será lançado um canal de denúncias contra violações contra jornalistas, segmentado por tipo de infração.

Data da notícia: **06/06/2023**

Título: Sem assistência, indígenas passam fome em área da Usina de Itaipu

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/06/sem-assistencia-indigenas-passam-fome-em-area-da-usina-de-itaipu>

Cerca de 180 famílias indígenas do povo Avá Guarani resistem no extremo oeste do Paraná à condição de insegurança alimentar devido à desassistência direta por parte da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Distribuídas de maneira irregular em uma faixa de terra de propriedade da Usina Hidrelétrica de Itaipu, situada entre os municípios de Santa Helena e Itaipulândia, sete ocupações sintetizam o conflito indígena que tem como principal responsável a usina "líder mundial na geração de energia limpa e renovável".

"Quando não estamos em uma terra demarcada, não podemos construir nossa casa. Além de não termos acesso a serviços básicos como saneamento, saúde e educação, ainda somos proibidos legalmente de recebermos apoio institucional de prefeituras, demais órgãos, e da própria Itaipu. Se a Funai não envia alimento, muita gente passa

dificuldade e fica sem ter o que comer", conta o cacique Natalino Almeida, líder da Tekoha ITy Mirin, em Itaipulândia, a 73 quilômetros de Foz do Iguaçu.

O cacique faz parte do grupo de lideranças Avá Guarani que figuram como réus em ao menos cinco processos de reintegração de posse movidos por Itaipu contra o povo originário Avá Guarani na região.

Sem comida

No município de Santa Helena, o cacique Lino Cesar, da Tekoha Tape Jere, conta que não sabe dizer à sua comunidade quando chegarão as cestas básicas tão aguardadas pela aldeia. "Estamos sem expectativa. Faço parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e acompanho que esta situação não é apenas com o povo Avá Guarani. Não está nada fácil e parece que vai demorar para melhorar", comenta.

Lino afirma que a falta de alimento para aldeias não demarcadas é recorrente no extremo oeste do Paraná e que a solução deveria ser "o cumprimento da própria lei". "Entra governo, sai governo e a gente continua aqui. Enquanto a lei não é cumprida como se deve, a gente ainda continua aqui. Queremos a ampliação das nossas terras e a assistência que o povo indígena merece. Só queremos o que é nosso de direito", reforça.

Sem terra

Os indígenas Avá Guarani expulsos de seus territórios originais quando da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1973, esperam há mais de 10 anos pela ampliação da Reserva Ocoy e pela demarcação de terras em Santa Helena e Itaipulândia. Em julho de 2017, a Justiça Federal de Foz do Iguaçu determinou à Funai que concluísse os procedimentos necessários em dois anos.

Terminado o prazo, o início dos trabalhos foi ignorado durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PSL) com a expectativa de ser retomado a partir do governo do presidente Lula, por meio de ações entre o Ministério dos Povos Indígenas e a Itaipu.

A estimativa é que cerca de 900 pessoas vivam de forma precária nas aldeias alvo de processos de reintegração de posse movidos por Itaipu. A maior parte dos indígenas veio das três reservas legais compradas pela usina e pela Funai, situadas nos municípios de São Miguel do Iguazu e Diamante D'Oeste.

Desmonte

Paralelo à preocupação em torno da fome vivenciada pelas famílias Avá Guarani, lideranças indígenas da região também estão atentas ao desmonte do Ministério dos Povos Indígenas e à recém aprovação do Marco Temporal, ambos na Câmara dos Deputados.

"Isso nos trouxe muita preocupação. A sociedade brasileira precisa entender que o Marco Temporal representa o extermínio do povo indígena. Essas pessoas que ocupam cargos de poder não se preocupam com a vida das pessoas. Pra eles, o importante é o dinheiro. O resto, é resto", critica o cacique Natalino, ao destacar a influência do agronegócio nas decisões políticas do país.

Marco temporal

Dos 30 deputados federais paranaenses, 20 foram favoráveis à aprovação do Marco Temporal, que na prática pretende acabar com a demarcação de novas terras indígenas no Brasil. Caso a lei seja promulgada, os povos indígenas terão apenas o direito de ocupar territórios que já ocupavam ou disputavam até 5 de outubro de 1988 – data da promulgação da Constituição.

Conforme o texto, a nova norma irá proibir a ampliação de terras já demarcadas, a adequação de projetos de demarcação já iniciados e irá invalidar demarcações que não atenderem às regras do projeto. Aprovado na Câmara dos Deputados por 238 votos a favor e 155 contra, o Marco Temporal segue para ser analisado pelo Senado.

Para a missionária indigenista Marina Oliveira, a aprovação do Marco Temporal representará mais um crime de genocídio contra os povos indígenas no Brasil. "Caso aprovado no Senado, o Supremo Tribunal Federal precisa dizer não e garantir que a Constituição Brasileira de 1988 seja cumprida. A constituição é clara ao dizer que as

terras indígenas devem ser demarcadas conforme o uso, os costumes, as tradições e, inclusive, em respeito às questões imemorais dos povos", detalha a mestre pelo programa Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos da Universidade Federal da Integração Latino Americana.

A indigenista aponta a contradição do Marco Temporal ao mencionar violências perpetradas por órgãos públicos em razão da construção de Itaipu. "O povo Avá Guarani não estava em 1988 nas áreas que estão ocupadas atualmente justamente porque Itaipu alagou suas terras, a Funai nunca regularizou o que precisava, o INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] concedeu títulos de terras para os não indígenas, entre outras violações já definitivamente comprovadas. O STF precisa barrar o Marco Temporal para não termos um genocídio indígena muito maior em todo país e com sérias consequências aos indígenas no oeste do Paraná", finalizou.

Respostas oficiais

Por meio de sua assessoria, a Usina de Itaipu pontuou que "no momento, está em fase de estruturação, pelo Ministério dos Povos Indígenas, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) a ser constituído por representantes do MPI, da Itaipu, lideranças indígenas da região e outras instituições para tratar de temas afeitos às questões do povo avá-guarani na região".

O Ministério dos Povos Indígenas enviou uma nota, que reproduzimos na íntegra, abaixo:

"Após as eleições foi constituído o GT de transição do Governo Federal, que incluía a pauta indígena no âmbito nacional e elencou diversas urgências e emergências à nova gestão eleita. Por se tratar de um ministério novo, o Ministério dos Povos Indígenas está se estruturando para atuar na defesa dos direitos dos povos indígenas e, dentre as prioridades elencadas foi destacada a grave situação dos povos indígenas no oeste do Paraná, devido aos impactos da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que impactou os povos e territórios daquela região.

Nos 100 primeiros dias de Governo, como uma de suas primeiras ações, o Ministério dos Povos Indígenas promoveu a ida de uma comitiva que esteve in loco para dialogar com as comunidades indígenas, acerca das graves violações de direitos na região. Na ocasião foi traçado um plano de ação para garantir assistência às comunidades indígenas dali. Sendo assim, está sendo finalizado um grupo de trabalho interministerial que contará com representantes de diversos ministérios, além de representantes da usina hidrelétrica Itaipu, com o objetivo de implementar ações de reparação aos povos do oeste do Paraná, incluindo a efetivação dos direitos territoriais e a assistência às necessidades básicas, como alimentação.

Por fim, sobre a atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, a mesma está em processo de reestruturação, dado que na gestão anterior teve boa parte de sua atuação paralisada, inclusive com a supressão de recursos orçamentários que levaram à falta de assistência a estes povos. Atualmente Funai e MPI trabalham em conjunto com outras pastas para garantir formas de prestar a devida assistência a estes e outros povos."

Data da notícia: **07/06/2023**

Título: MP do novo Minha Casa, Minha Vida é aprovada pela Câmara.

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/mp-do-novo-minha-casa-minha-vida-e-aprovada-pela-camara/>

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira 7, a Medida Provisória que recria o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

A aprovação foi feita de forma simbólica, quando os deputados não precisam registrar o voto no sistema eletrônico da Casa.

Apenas o partido Novo se posicionou contra o decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no início do seu mandato.

Agora a Medida Provisória segue para avaliação do Senado, que tem até o dia 14 de junho para votar se a medida terá força de lei ou se caducará.

O texto traz uma novidade com relação ao programa anterior lançado pelo governo federal, que recria a faixa 1, que atende famílias com renda bruta mensal de até 2.640 reais.

A medida também prevê o financiamento para reformas e melhorias nas casas já construídas pelo programa em versões anteriores.

Para este ano, o governo Lula prevê a contratação de 150 mil novas residências para o Minha Casa, Minha Vida.

Data da notícia: **07/06/2023**

Título: STF retoma julgamento sobre marco temporal de terras indígenas.

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/justica/stf-retoma-julgamento-sobre-marco-temporal-de-terras-indigenas/>

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta quarta-feira 7 o julgamento sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas. A pauta foi mantida mesmo com o avanço de um projeto de lei na Câmara.

A sessão na Corte está prevista para começar às 14h e será acompanhada por lideranças indígenas no plenário. Nesta semana, indígenas foram a Brasília e estão acampados na Esplanada dos Ministérios para acompanhar o julgamento do tema.

No julgamento, os ministros discutem o chamado marco temporal. Pela tese, defendida por ruralistas, os indígenas somente teriam direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Na semana passada, a Câmara dos Deputados se antecipou ao julgamento do Supremo e aprovou o marco, mas a matéria ainda precisa ser discutida e aprovada pelo Senado. Ao longo dos últimos dias, parlamentares pediram ao STF que o tema não fosse discutido sem a definição do PL no Congresso.

O julgamento retomado nesta quarta foi suspenso em setembro de 2021, após pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. O placar do julgamento, até aqui, está empatado em 1 a 1. O ministro Edson Fachin votou contra a tese, e Kassio Nunes Marques se manifestou a favor.

O processo que motivou a discussão trata da disputa pela posse da Terra Indígena (TI) Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, e a posse de parte da TI é questionada pela Procuradoria do estado.

Data da notícia: **07/06/2023**

Título: Servidores municipais de Florianópolis mantêm greve mesmo sob ameaça de demissão da Prefeitura

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/07/servidores-municipais-de-florianopolis-mantem-greve-mesmo-sob-ameaca-de-demissao-da-prefeitura>

Servidores públicos municipais de Florianópolis (SC) decidiram nesta quarta-feira (7) manter greve iniciada no último dia 31. A categoria luta para combater os planos

de terceirização de serviços de saúde e educação, previstos pela prefeitura de Topázio Neto (PSD), e busca valorização por meio de planos de carreira, convocação de aprovados em concursos e reposição de perdas salariais. Além disso, enfrenta ameaças de demissões.

Em assembleia nesta quarta, os trabalhadores e trabalhadoras rejeitaram proposta enviada pela prefeitura, que repetia a promessa de terceirizar os serviços, sem valorização salarial e com informações vagas sobre realização de concursos públicos (outra demanda da categoria). Após a votação que definiu a manutenção da greve, houve um ato com milhares de pessoas pelas ruas da cidade, apesar de tentativas de impedir a manifestação por parte da Polícia Militar (PM).

"Eles acabaram cedendo à pressão e a gente conseguiu fazer uma caminhada pelo centro da cidade para dialogar com a população. Terminamos o ato na frente da prefeitura, e nossa mesa de negociação negociou com a Guarda Municipal, que estava bloqueando a entrada, para subir e entregar um ofício solicitando reabertura das negociações", contou ao Brasil de Fato o diretor do departamento jurídico do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrase), Kawe Campoli.

Após a entrega do ofício, representante da prefeitura entrou em contato com a direção do sindicato para confirmar presença em uma audiência de conciliação que será marcada na próxima semana junto ao poder judiciário. A prefeitura ainda se comprometeu a buscar o diálogo antes mesmo da audiência. Já houve tentativa anterior de mediação, com apoio da Delegacia Regional do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, mas a prefeitura se recusou a comparecer.

A greve aprovada no último dia 31 foi a saída encontrada pela categoria após quase dois meses de negociação sem acordo com a prefeitura. Em assembleia com quase 5 mil participantes, os trabalhadores e trabalhadoras decidiram por unanimidade pelo movimento por tempo indeterminado.

Ameaça de demissão

Apesar da aparente tentativa de diálogo, a prefeitura partiu para o ataque. No último sábado (3) o Diário Oficial do Município de Florianópolis anunciou a criação de comissão de sindicância para apurar a atuação de pessoas participantes da greve e eventual responsabilização, "inclusive, se for o caso, com a aplicação de demissão por justa causa".

"A prefeitura usou isso para criar medo na categoria e refluxo na greve, mas não foi o que aconteceu. A greve se mantém com o nível de estabilidade, e até crescimento em alguns setores. A categoria, agora, por questão de solidariedade, também ao entender que companheiros que estão fazendo esse processo de luta coletiva podem ser alvo de processo, estão inclusive engajando com outro nível de de revolta com com o processo da mobilização", destacou Campoli.

A publicação no Diário Oficial dava um prazo de 72 horas para conclusão dos processos e abertura dos Processos Administrativos contra servidores. O prazo já expirou, e até o momento não houve informação sobre abertura de qualquer processo.

Data da notícia: **08/06/2023**

Título: Povo Tabajara teme novo extermínio com possível aprovação do marco temporal

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/08/povo-tabajara-teme-novo-extermínio-com-possível-aprovacao-do-marco-temporal>

No site da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), as terras dos povos Tabajara na Paraíba ainda se encontram no status "em estudo". Mas após o Ministério Público Federal ajuizar no ano passado uma liminar para que a Justiça e a Funai concluam a demarcação, o processo andou. E segundo as lideranças, seria

finalizado até agosto deste ano. A aprovação da tese do marco temporal, no entanto, pode interromper a conquista.

"O marco temporal é a catástrofe dos povos indígenas. Tanto daqueles que já lutavam antes da constituição, tanto daqueles que só reivindicaram depois, por todo um processo de silenciamento, por todo um processo de exclusão da sociedade. Ele vem trazer para cada um de nós a perda de direitos já garantidos", pontua Natália Tabajara, liderança do Niaras Tabajara, grupo de mulheres da Aldeia Vitória.

Nesta quarta-feira (7), o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou a votação para definir se é constitucional ou inconstitucional a tese jurídica que considera o dia 5 de outubro de 1988 - data da promulgação da Constituição - como o marco temporal de demarcação de terras indígenas.

Caso a Suprema Corte julgue constitucional a tese defendida pelo agronegócio brasileiro, centenas de grupos indígenas que foram expulsos de forma violenta de seus territórios perderão o direito à terra, como é o caso do povo Tabajara.

"A nossa cultura foi arrancada de nós. A gente foi proibido de falar a nossa língua, a gente foi proibido de pintar o nosso rosto. A gente foi proibido de colocar o nosso cocar para que não acontecesse o extermínio total. E hoje eu tenho dois filhos, Cauã e Cauê, eles já aprenderam sobre a cultura dos povos indígenas. Nós estamos aqui revitalizando", completa a indígena.

A luta pela terra

A luta dos Tabajara pela terra começou há séculos, em 1641. Foi quando a etnia recebeu dos portugueses a concessão das antigas sesmarias da Jacoca e Aratagui, no sul da Paraíba, zona de ocupação colonial mais antiga do estado. É o que consta nos estudos coordenados pelo antropólogo Fábio Mura, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Com o tempo, após serem expulsos de suas terras por usineiros e grandes latifundiários, as famílias do Povo Tabajara no estado se espalharam pelas

periferias de João Pessoa ou em lotes da reforma agrária nos municípios de Conde, Pitimbu e Alhandra.

"Nossa maior luta hoje perante a sociedade brasileira é que a sociedade nos entenda como Tabajara, que foi um povo tão importante nos séculos passados. Nossos caciques, Piragibe, Arakem, Arapuã, Arcoverde, esses caciques que fundaram Nossa Senhora das Neves, que hoje é João Pessoa, e em troca recebemos três seis Marias, que é o Conde, a metade de Alhandra, e a metade de Pitimbu, e também a Ilha do Bispo. E de uma hora para outra esse povo desaparece", pontua o Cacique Ednaldo Tabajara.

O início da retomada

Em 2006, sob liderança de Ednaldo, os indígenas iniciaram a retomada do território. É neste ano que o cacique, através de um tio, passa a conhecer o Mito da Profecia, herdado dos anciãos tabajara, que dizia que um jovem iria novamente reunir o seu povo para conquistar o seu território.

Na época, o Cacique Tabajara era um jovem de 19 anos que pretendia deixar a Paraíba e partir para a Europa, para ser jogador profissional de futebol.

"Deixei de lutar meu direito pessoal para lutar no direito coletivo e não me arrependo porque através disso nós conseguimos respeito no município, no estado, no Nordeste, no Brasil . O cacique Ednaldo fundou uma aldeia, duas aldeias e três aldeias. Ele está revitalizando a língua do povo Tabajara. Ele está revitalizando a cerâmica, a cultura do povo de Tabajara e garantindo o território pro seu povo viver", relembra.

Antes da retomada, o cacique passou um longo período percorrendo as sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Funai e se reunindo com advogados, indigenistas e outras lideranças indígenas para tratar do reconhecimento oficial dos Tabajara como etnia.

Foi nesse contexto que o cacique liderou a entrada em uma área Tabajara onde seria construída uma fábrica de cimento pela empresa Elizabeth Cimentos. A

concessão do território para o surgimento da primeira das três aldeias da etnia surge de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre a empresa e os indígenas.

"Nós Tabajara éramos muito presentes do século XV até o finalzinho do século XVI. Depois houve o silenciamento da gente. E depois vem o nosso ressurgimento. No nosso silenciamento, os coronéis, latifúndios que vêm de fora do Brasil, começam a tomar o território nosso. Hoje o marco temporal é muito isso. Como não vale mais nós ter língua cortada, pescoço cortado, cabeça cortada, óleo queimado e jogado em cima do nosso corpo, casa queimada, agora eles estão legalizando da forma que podem no Congresso Nacional. É uma covardia com toda a memória do ser humano dentro do Estado brasileiro", explica o cacique.

"Nós vamos voltar para a favela"

Sonia Rodrigues da Silva estava grávida de 8 meses quando o Cacique Tabajara a convidou para participar do processo de retomada. Ela não pensou duas vezes: pegou os três filhos menores e acompanhou o grupo.

"Foi muito difícil pra gente esse período, muito sofrido. Eu não tinha conhecimento de nada do que era a luta indígena porque a gente não morava num território, não conhecia nada do que é ser indígena hoje. Então eu fui pra o que desse e viesse. E ali a gente ficou na mira dos pistoleiros, de muitos policiais, dormindo no relento", recorda.

Hoje, 17 anos mais tarde, a indígena lidera o processo de reflorestamento de uma terra devastada. Ela teme, com a aprovação do marco temporal, ter que voltar a morar na cidade.

"É difícil pra nós, né? Ver esse marco temporal, essa PEC aí, né? Pra gente, nós vamos voltar pra favela novamente, vamos perder todos os nossos direitos, que a gente lutou, que a gente já conquistou. A perda é muito grande, né? Pegar os nossos filhos que já nasceram aqui dentro, criado aqui dentro da aldeia e levar pra favela. Então isso pra mim dói muito", completa.

José Rodrigues da Silva, com 70 anos, também retornou à terra ancestral após o chamado do cacique Tabajara.

"Minha mãe falava que a gente tinha quatro léguas de terra. Essa terra aqui não é terra do Estado. Era a terra dos meus avôs. Então a gente foi expulso dessas terras. Espalharam todo mundo de um campo para outro", explica o agricultor, que também auxilia no cultivo coletivo do milho, feijão e macaxeira.

"O marco temporal quer tirar o nosso direito. Porque é um direito que nós temos, nós não estamos tomando nada de ninguém. Nós estamos querendo o que é nosso. Nós lutamos por isso aqui", completa.

Três aldeias

Em 14 de março de 2008, a Declaração de Autoidentificação foi entregue pelos Tabajara à Funai, com o histórico da ocupação no litoral sul da Paraíba. A ação antecedeu a criação do grupo de trabalho que produziria o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena (RCID), necessário para a regularização fundiária das terras indígenas Tabajara.

Hoje, além da Aldeia Vitória, onde vive o Cacique Ednaldo, os Tabajara possuem outras duas aldeias no Conde: a Gramame e a Nova Conquista.

"Nessas três aldeias nós conseguimos agrupar parte do nosso povo. Aqui na aldeia Vitória temos vinte e seis famílias. Mas muitos do nosso povo ainda estão nas periferias, porque a gente não consegue acessar políticas como habitação para poder trazer essas populações de volta para o nosso território. E a questão da demarcação ela vem como um alívio, né? Pra nós que vem lutando já há dezessete anos", pontua Natália Tabajara.

"Hoje quando a gente volta os nossos olhos para essa catástrofe que está pra acontecer, se aprovada, a gente pede força aos nossos antepassados, aqueles que já habitaram essa terra, aqueles que morreram para que nós possamos estar aqui lutando", completa

Expulsão de empreendimentos

A ação do Ministério Público Federal (MPF) que pede a conclusão imediata da demarcação também requer ao município de Conde (PB) que desautorize a instalação de empreendimentos imobiliários no território ancestral.

"Nós estamos aqui sofrendo muitas ameaças, de fazendeiros, usineiros, e, principalmente pela rede de empreendedorismo aqui do litoral sul, que é uma rede muito forte", explica a liderança do coletivo de mulheres.

O MPF aponta ainda que, como consequência da expulsão dos tabajara de suas terras "muitas famílias indígenas desaldeadas têm visto seus filhos tornarem-se 'favelados' nas periferias de João Pessoa, desapossados de suas terras tradicionais".

"Eu acho que a sociedade brasileira deve entender que o maior marco que nós devemos defender é o marco da vida. E a vida dos povos indígenas é o principal. Não é que nós somos melhor do que ninguém, é por todo um retrocesso que nós tivemos aqui. Então quando o Ministério Público judicializou o processo foi para que a Funai acelerasse, porque já estava nove anos parado, e hoje nós estamos brigando muito, porque o GT já foi a campo, já sabe o limite territorial, e agora vai ver se consegue publicar antes de qualquer desfecho no Congresso Nacional", pontua o cacique Ednaldo.

"Sem a terra não tem educação diferenciada, não tem saúde diferenciada. A política social não chega. Então afeta direta e indiretamente nas comunidades. Porque dentro de um contexto que você não tem um território demarcado, nós perdemos toda uma política social de desenvolvimento, e de extermínio de novo com nosso povo", finaliza

Data da notícia: **09/06/2023**

Título: 37% aprovam governo Lula; 28% reprovam, aponta pesquisa do Ipec

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/37-aprovam-governo-lula-28-reprovam-aponta-pesquisa-do-ipecc/>

O Ipec divulgou, nesta sexta 9, a mais recente rodada de sua pesquisa nacional sobre o governo Lula. A sondagem indica 37% de aprovação (ótimo ou bom) e 28% de reprovação (ruim ou péssimo). Outros 32% consideram a gestão regular.

O resultado indica um cenário de estabilidade. Na pesquisa anterior, feita em abril, a aprovação era de 39% – agora, oscilou dois pontos para baixo na margem de erro. Já a reprovação estava em 26%, oscilando agora dois pontos para cima. Também oscilou pra cima a parcela que considera o governo regular, de 30% para 32%.

O Ipec entrevistou 2.000 pessoas de 1º e 5 de junho em 127 municípios do país. O levantamento foi encomendado pelo jornal O Globo.

Em março, no primeiro levantamento feito pelo instituto, 17 pontos percentuais separavam os grupos dos satisfeitos e o dos insatisfeitos. Hoje, essa distância está em nove pontos.

Data da notícia: **11/06/2023**

Título: Com ministro Silvio Almeida e vaias a Bolsonaro, Parada LGBTQ+ arrasta multidão em SP

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/11/com-ministro-silvio-almeida-e-vaia-a-bolsonaro-parada-lgbt-arrasta-multidao-em-sp>

A 27ª edição da Parada LGBTQIA+ arrastou uma multidão, neste domingo (11), em São Paulo. Este ano, além de celebrar a diversidade, o movimento cobrou direitos sociais e políticas públicas, com foco na visibilidade desta população na assistência social. O lema da Parada foi "Queremos políticas sociais LGBTQIA+ por inteiro e não pela metade".

O ato contou com vaias ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a presença do Zé Gotinha em um dos trios elétricos e a participação do ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida.

Em manifesto, a Parada cobrou um aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social e a inclusão de famílias LGBTQIA+ nos principais programas sociais do governo federal.

"A maior parte dos seus planos, programas, projetos, serviços e benefícios são disfarçadamente direcionados às famílias e indivíduos cisgêneros e heterossexuais. Essas distorções ficam evidenciadas quando procuramos fazer parte desses programas, que possuem requisitos quase sempre inalcançáveis pelas genealogias LGBTQIA+. Não existe um olhar específico para essa comunidade, que sobrevive em um país que viola suas vidas", diz o manifesto.

Symmy Larrat, secretária nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, defendeu que o governo federal seja mais sensível às reivindicações do movimento.

"A Parada é o momento em que vamos às ruas para lutar contra uma narrativa que nos mata, que diz que nós temos que ter vergonha de ser quem somos. Por isso, é importante a narrativa do orgulho, nós temos que ter orgulho de ser quem somos", afirmou, em entrevista à Agência Brasil.

O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, participou da abertura e deixou uma mensagem sobre a importância do Estado na promoção dos direitos da população LGBTQIA+

"Todas as pessoas que estão aqui devem ter muito orgulho de estarem vivas, apesar de um mundo que as violenta. Depois de todos esses anos que vivemos, estamos fazendo uma grande virada. O que se demanda aqui não é favor, é dever do Estado brasileiro, e estou aqui como representante do governo. É dever do Estado zelar pela saúde e garantir educação e que todas as pessoas tenham acesso a emprego e renda de forma digna.", discursou.

O clima de festa prevaleceu ao longo do evento. A Parada se concentrou na Avenida Paulista, às 10h, e seguiu em direção à Praça Roosevelt, no centro da cidade. Ao todo, foram 19 trios elétricos. Nomes como Pablo Vittar e Daniella Mercury animaram a festa. A expectativa da organização era reunir 4 milhões de pessoas ao longo do dia.

Data da notícia: **11/06/2023**

Título: “LGBTs devem sentir orgulho de lutar pelo direito de existir e amar”, diz ministro dos Direitos Humanos.

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/lgbts-devem-sentir-orgulho-de-lutar-pelo-direito-de-existir-e-amar-diz-ministro-dos-direitos-humanos/>

A 27ª edição da Parada do Orgulho LGBTQ+, em São Paulo, foi palco para discursos políticos em prol da luta pelos direitos LGBTQ+, em defesa da democracia e contou com a participação de diferentes representantes do governo Lula (PT).

Com o tema ‘políticas sociais para a população LGBTQ+, por inteiro e não pela metade’, a principal mensagem é de que no novo governo a comunidade terá espaço para reivindicar seus direitos.

As críticas e vaias ao ex-presidente Jair Bolsonaro estiveram presentes desde o discurso de abertura. Sem citar o nome, a organização do evento na voz da drag queen Tchaka tentou evitar menções ao ex-presidente. “Esse lixo já está na história, escória e todo mundo que subir aqui pega o recado: nada de mandar mensagem para o lixo que foi o último presidente do Brasil”, destacou.

O ministro dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida, discursou ao público em nome do governo e afirmou que manifestantes deveriam “sentir orgulho de lutar pelo direito de existir e amar”. “Todas as pessoas que estão aqui devem ter muito orgulho de estarem vivas, apesar de um mundo que as violenta” afirmou. “Depois de todos esses anos que vivemos, o que estamos fazendo aqui é uma grande virada. O que se demanda não é favor, é dever do estado brasileiro e eu estou aqui como representante dele”, concluiu.

A participação de integrantes do governo na Parada do Orgulho tem recepção extrema oposta ao ocorrido durante a Marcha para Jesus, na última quinta-feira, quando representantes de Lula foram vaiados pelo público.

O evento também contou com a participação de Symmy Larrat, a primeira secretária a inaugurar a inédita Secretaria Nacional dos Direitos LGBTQIA+.

Data da notícia: **11/06/2023**

Título: 27ª Parada do Orgulho LGBTQ+ acontece neste domingo em SP e faz apelo por políticas sociais

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/27a-parada-do-orgulho-lgbt-acontece-neste-domingo-em-sp-e-faz-apelo-por-politicas-sociais/>

A 27ª edição da Parada do Orgulho LGBTQ+ ocorre neste domingo 11 a partir das 13h na Avenida Paulista, em São Paulo. Neste ano, o maior evento LGBTQ+ do País

preenche lota as ruas paulistanas com o tema ‘Políticas sociais para LGBTQ+ – Queremos por inteiro e não pela metade”.

A concentração ocorre a partir das 10h, com a Avenida Paulista fechada em ambos os sentidos. A edição contará com 19 trios elétricos que seguirão pela rua da Consolação no sentido centro até o fim do trajeto, que deve ocorrer até às 18h nas imediações da praça Roosevelt.

O foco neste ano será a busca pela visibilidade da população LGBTQ+ nas políticas de assistência social do País. De acordo com o manifesto, hoje a grande parte dos planos e programas encabeçados pelo governo são direcionados às configurações de famílias cisgêneros e heterossexuais.

Durante o evento, a organização VoteLGBT realizará uma pesquisa para mapear o interesse e movimentação política em torno de candidatos LGBTQs. Em 2022, o Brasil registrou o número recorde de candidaturas trans eleitas para a Câmara.

“Além das diferentes identidades e sexualidades, os eventos do Orgulho são as manifestações políticas mais diversas desse país em termos raciais e também de classe. Por isso é bastante estratégico aproveitar essa concentração para produzir dados sobre nossa população”, pontua Gui Mohallem, diretor executivo do VoteLGBT.

No Brasil, ainda não existem dados oficiais sobre a população LGBTQ+. Durante o governo Bolsonaro, houve pressão para que perguntas de gênero e sexualidade fossem incluídas no Censo, porém, o único avanço conquistado foi a inclusão no Censo brasileiro de saúde pública, que só pode ser respondido por maiores de 18 anos.

Data da notícia: **12/06/2023**

Título: Desmatamento cresce 22% no Brasil em 2022; agropecuária é principal responsável, diz Mapbiomas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/12/desmatamento-cresce-22-no-brasil-em-2022-agropecuaria-e-principal-responsavel-diz-mapbiomas>

Em 2022, o desmatamento no Brasil cresceu 22,3% em comparação com o ano anterior e atingiu 2,05 milhões de hectares. Os principais biomas afetados foram Amazônia e Cerrado. A cada segundo, cerca de 21 árvores foram derrubadas na Amazônia.

Os dados foram publicados nesta segunda-feira (12) no Relatório Anual de Desmatamento (RAD) produzido pelo MapBiomas, iniciativa que reúne centenas de pesquisadores, universidades, ONGs e empresas de tecnologia

A agropecuária consolidou-se como o principal vetor da derrubada, provocando 95,7% da devastação, o equivalente a 1,96 milhão de hectares. A atividade provocou em 2022 um impacto muito maior do que o garimpo, que devastou 5,9 mil hectares, e a mineração, com 1,1 mil hectares.

Nos últimos quatro anos (2019 a 2022), o Mapbiomas detectou mais de 303 mil eventos de desmatamento que atingiram 6,6 milhões de hectares, o equivalente a 1,5 vezes a área do estado do Rio de Janeiro.

Mesmo sob invasões crescentes, as áreas quilombolas e indígenas continuam as mais preservadas do Brasil. Só 1,4% da área total desmatada no Brasil em 2022 ocorreu nesses territórios.

Concentração

Ao sobrepor os pontos de desmatamento com os imóveis registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Mapbiomas identificou que 90% da devastação ocorreu em apenas 1,1% das propriedades cadastradas, cujos donos podem ser identificados.

Amazônia e Cerrado concentram o problema, com 90,1% da área desmatada em 2022. Monitorado pela primeira vez pelo Mapbiomas, o bioma Pampa teve aumento de 27,2%, No Pantanal, o total desmatado cresceu 4,4% no período.

Pará e Amazonas lideram o ranking estadual do desmatamento, respectivamente com 22% e 13% da área derrubada. Em terceiro lugar está Mato Grosso, com 11,62%, seguido por Bahia, com 10,94% e Maranhão, 8,2%.

O Mapbiomas analisou também as ações de fiscalização do Ibama e ICMBio. Até maio de 2023, autuações e embargos atingiram apenas 2,4% dos alertas de desmatamento e 10,2% da área desmatada identificada de 2019 a 2022.

O Relatório confirma que a fronteira de exploração do agronegócio segue em rápida expansão nas regiões conhecidas como Matopiba (fronteira entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e Amacro (divisas de Amazonas, Acre e Rondônia).

O Matopiba concentrou 26,3% da área desmatada no Brasil e 82% do total derrubado no Cerrado. No Amacro, 11,3% do desmatamento no Brasil e 19,4% da devastação na Amazônia. Nas áreas de fronteiras estaduais, a devastação cresceu 37% (Matopiba) e 12,3% (Amacro).

Data da notícia: **12/06/2023**

Título: Ações de combate ao trabalho infantil resgataram ao menos 345 crianças e adolescentes entre abril e maio

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/06/12/ao-menos-345-criancas-e-adolescentes-foram-resgatados-do-trabalho-escravo-neste-ano.ghtml>

Mato Grosso do Sul e Minas Gerais são responsáveis, respectivamente, pelos dois maiores números de crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho infantil entre abril e maio, segundo o Ministério do Trabalho. No Mato Grosso do Sul, foram 124 casos. Em Minas Gerais, 54.

As ações fiscais foram intensificadas em alusão ao 12 de junho, Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, e ao menos 345 casos já foram identificados em todo o território nacional só em 2023. Os dados são preliminares e são apurados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT).

Outras sete unidades federativas registraram crianças e adolescentes no trabalho infantil no período:

- Espírito Santo: 39 adolescentes
- Pernambuco: 32 adolescentes
- Rio de Janeiro: 28 adolescentes
- Roraima: 23 adolescentes
- Ceará: 19 adolescentes
- Alagoas: 19 crianças e adolescentes
- Goiás: 12 adolescentes

Os menores tinham entre 8 e 17 anos no momento do resgate e alguns deles foram encontrados em atividades elencadas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, estabelecida por decreto em 2008.

A lista inclui funções que geram graves riscos e repercussões à saúde, como venda de bebidas alcoólicas, coleta de lixo, comércio ambulante em locais públicos e atuação na construção civil, em lava jatos e oficinas mecânicas.

No Brasil, o trabalho infantil é proibido. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) estabelece que adolescentes de 14 a 17 só podem ser contratados como jovens aprendizes.

Data da notícia: **14/06/2023**

Título: Defensores dos direitos humanos sofreram mais de mil episódios de violência sob Bolsonaro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/14/defensores-dos-direitos-humanos-sofreram-mais-de-mil-episodios-de-violencia-sob-bolsonaro>

Um levantamento divulgado nesta quarta-feira (14) mostra que defensoras e defensores de direitos humanos foram vítimas de 1.171 casos de violência no Brasil, incluindo homicídios, nos quatro anos de governo de Jair Bolsonaro (PL).

Segundo o estudo “Na Linha de Frente: violência contra defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil”, elaborado pelas organizações Terra de Direitos e Justiça Global, entre 2019 e 2022, luta territorial e ambiental foram as maiores motivações das violências. A Amazônia Legal foi a região do país com maior número de assassinatos e ameaças.

Em entrevista ao Brasil de Fato, a diretora adjunta da Justiça Global, Daniele Duarte, destacou que o Brasil “é um país altamente hostil para quem defende direitos humanos”. No caso da Amazônia, ela destacou que a região tem um grupo grande de defensores e um olhar de empresas e organizações criminosas e ilegais para aquele espaço.

“É um espaço rico em biodiversidade, e também alta impunidade nos casos de violência nesse território. No período da pesquisa, período do governo do ex-presidente Bolsonaro, a gente viu um aumento do interesse de organizações e empresas nesse território, em áreas como mineração e desmatamento e até de organizações criminosas”, destacou.

Defensores e defensoras de povos indígenas foram alvos de grande parte dos casos. Foram 346, incluindo 50 assassinatos e 172 ameaças nos últimos quatro anos,

quando o governo então chefiado por Bolsonaro adotou uma política anti-indígena que viabilizou o aumento da invasão e exploração de territórios tradicionais garimpo, desmatamento e agronegócio.

Entre os casos emblemáticos citados pelo relatório lançado nesta quarta estão os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, em junho de 2022, na Terra Indígena do Vale do Javari, no estado do Amazonas. O crime teria sido motivado pelo trabalho de Bruno ao denunciar pesca ilegal em território indígena.

O levantamento divide os episódios violentos em oito categorias: ameaça, agressão física, assassinato, atentado, criminalização, deslegitimação, importunação sexual e suicídio. Foram considerados casos de violência individuais e contra coletivos, como por exemplo ataques contra povos indígenas e quilombolas.

Os casos de ameaças foram os mais numerosos: segundo o levantamento, foram 579. Como esse tipo de crime nem sempre é investigado, ele tende a se repetir e, muitas vezes, a se tornar mais grave.

“A gente tem altos índices de ameaça, principalmente contra as mulheres defensoras, mulheres cisgêneros e mulheres trans, e essa ameaça como uma estratégia, uma ferramenta de financiamento da atuação política. A impunidade, a falta de investigação em relação às ameaças geram mais ameaças e infelizmente, muitas vezes, essas ameaças vão resultar em assassinatos”, explicou Daniele Duarte

O levantamento publicado nesta quarta-feira foi desenvolvido com base em notícias, em consultas a outros relatórios e pesquisas de casos acompanhados pelas organizações que coordenam o trabalho. Apesar dos dados alarmantes, os casos podem ser ainda mais numerosos, já que a subnotificação é uma realidade.

“Quem pratica a violência e a violação de direitos humanos são pessoas e empresas que têm poder naquele território, naquela naquela cidade. Isso também faz com que haja influência direta para que o caso não seja visibilizado e não seja apurado”, complementou Duarte.

Data da notícia: **18/06/2023**

Título: Apenas 13% da população elegível tomou a vacina bivalente contra a covid

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/18/apenas-13-da-populacao-elegivel-tomou-a-vacina-bivalente-contra-a-covid>

Somente 13% do público elegível no Brasil tomou a vacina bivalente contra a covid-19, disponível desde 24 de abril para todos aqueles com mais de 18 anos, segundo dados do Ministério da Saúde computados pela *Folha de S. Paulo*. O percentual corresponde a cerca de 21,3 milhões de pessoas. Entre os mais jovens, de 18 a 29 anos, a situação é a mais crítica: apenas 4,8% se vacinaram com a bivalente.

O reforço pode ser administrado em qualquer pessoa que tenha recebido pelo menos duas doses de vacinas monovalentes. As vacinas bivalentes contam com cepas atualizadas contra o coronavírus, incluindo a proteção contra a variante ômicron. Aprovadas pela Anvisa em novembro de 2022, os primeiros lotes desses imunizantes chegaram ao país em dezembro.

Atualmente são dois imunizantes bivalentes que circulam no Brasil, ambos da Pfizer. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também avalia a possibilidade da aplicação de uma outra, da farmacêutica Moderna. A autorização da agência para o uso das vacinas da Pfizer veio em novembro do ano passado. Contudo, o governo federal não agiu para distribuí-las.

O diretor do Departamento de Imunizações do Ministério da Saúde, Eder Gatti, orienta “que os municípios aproveitem a oportunidade da visita das pessoas à unidade de saúde para atualizar a imunização contra a covid-19 e, se for possível, atualizar outras vacinas pendentes no calendário de cada um”.

Data da notícia: **19/06/2023**

Título: 'Dossiê Bolsonaro': Levantamento mostra 60 potenciais crimes cometidos pelo ex-presidente

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/19/dossie-bolsonaro-levantamento-mostra-60-potenciais-crimes-cometidos-pelo-ex-presidente>

Crimes contra a humanidade, genocídio, organização criminosa, prevaricação, corrupção e muito mais. A lista reúne supostos crimes que teriam sido cometidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), segundo o *Dossiê Bolsonaro*, site lançado pelo Projeto Capivara, que reúne advogados, pesquisadores, jornalistas e *designers* para investigar e expor ilegalidades cometidas pela extrema direita no Brasil. O objetivo é claro: mobilizar a população para cobrar por justiça.

Junto ao lançamento do site, o coletivo espalhou por muros de algumas cidades do Brasil uma série de cartazes (conhecidos como "lambes") com paródias de pôsteres de filmes famosos e históricos, como *E o Vento Levou...* (que virou "E o Crime Levou..."), *Curtindo a Vida Adoidado* ("Curtindo o Crime Adoidado"), e *Bonequinha de Luxo* ("Criminho de Luxo"). Todos têm um QR Code que leva para o site do dossiê.

"Ele foi produzido com a finalidade de criar um registro sólido e duradouro da trajetória política de Bolsonaro com informações verificáveis a respeito de suas atitudes e discursos em temas fundamentais à população e à democracia brasileiras. Confiamos que a Justiça do país apurará com o devido rigor todas as dezenas de ocorrências aqui listadas", diz a página.

As denúncias foram separadas em quatro grupos: crimes de ódio; crimes na pandemia; crimes de corrupção e crimes eleitorais. São apresentadas categoria, pena prevista, status das investigações e links para confirmações das informações apresentadas.

Para os organizadores da iniciativa, as "condutas potencialmente ilícitas e criminosas praticadas pelo ex-presidente" deixam claras "não só a necessidade de torná-lo inelegível, mas de que seja investigado, julgado e punido". Vale lembrar que nesta quinta-feira (22) o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dá início a julgamento que pode determinar a cassação do registro de candidatura de Bolsonaro nos próximos oito anos.

O *Dossiê Bolsonaro* apresenta ainda link para um abaixo-assinado para pressionar os ministros do TSE, que vão decidir sobre o futuro político do ex-presidente, bem como links para participação em grupos de WhatsApp organizados pela equipe que montou a ferramenta.

Data da notícia: **19/06/2023**

Título: Governo quer garantir absorvente gratuito para 24 milhões de pessoas em vulnerabilidade

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-quer-garantir-absorvente-gratuito-para-24-milhoes-de-pessoas-em-vulnerabilidade/>

O governo Lula publicou, nesta segunda-feira 19, uma portaria interministerial com critérios para a distribuição gratuita de absorventes no âmbito do Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual, criado em março e coordenado pelo Ministério da Saúde. O objetivo é assegurar a distribuição a cerca de 24 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade.

O texto determina que os absorventes sejam distribuídos em estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde e em escolas da rede pública, além de unidades da rede de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social,

presídios, instituições para cumprimento de medidas socioeducativas e outros equipamentos que atendam às especificações do programa.

O governo também prevê a veiculação de campanhas publicitárias para esclarecer o público sobre os temas relativos à dignidade menstrual, combater desinformação sobre o tema e produzir materiais gráficos para divulgar o programa. Projeta, ainda, ações de capacitação de agentes públicos para disseminar informações e serviços.

O programa tem como público prioritário a população registrada no Cadastro Único. Também alcança pessoas de baixa renda, matriculadas em escolas da rede pública, em situação de rua ou de vulnerabilidade extrema e que estejam no sistema prisional ou socioeducativo.

A portaria é assinada pelos ministros Nísia Trindade (Saúde), Cida Gonçalves (Mulheres), Camilo Santana (Educação), Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública), Silvio Almeida (Direitos Humanos e Cidadania) e Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome).

Data da notícia: **20/06/2023**

Título: Terra Yanomami zera alertas de garimpos ilegais pela primeira vez desde 2020, indica Polícia Federal

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/06/20/terra-yanomami-zera-alertas-de-garimpos-ilegais-pela-primeira-vez-desde-2020-indica-policia-federal.ghtml>

Alertas de garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami zeraram pela primeira vez desde 2020. O monitoramento por satélite feito pela Polícia Federal identificou que o

território está há 33 dias sem novas áreas de exploração. O dado foi divulgado nesta terça-feira (20).

Em maio e abril do ano passado, a região somava 538 alertas - este ano, no mesmo período, caiu para 33, uma redução de 93%. Agora, esses alertas estão zerados.

Para identificar os alertas de garimpo no meio da floresta, o sistema via satélite usado pela PF captura se houve desmatamentos comuns à atividade garimpeira. A queda é percebida desde o início deste ano, quando foram deflagradas ações contra os criminosos ambientais - entre elas, a Operação Libertação, da PF.

"Esta é a primeira vez, desde o início deste tipo de monitoramento, em agosto de 2020, que se observa a ausência de alertas de garimpos por um período tão longo de tempo. Tais resultados indicam que, pela primeira vez nos últimos anos, não houve novas áreas de garimpo ilegal sendo exploradas", informou a PF.

A pesquisa final que não identificou nenhum novo garimpo foi feita no último dia 8. As imagens dos satélites são processadas diariamente e consolidadas a cada sete dias.

Com essa drástica redução, a PF afirma que inicia uma nova fase da Operação Libertação na Terra Yanomami. "O foco será ocupar áreas dentro da reserva para assegurar a retomada da normalização da prestação de serviços básicos aos Yanomami."

Alvo há décadas de garimpeiros ilegais, a Terra Yanomami, maior território indígena do Brasil, enfrentou nos últimos o avanço desenfreado da atividade ilegal no território. No ano passado, a devastação chegou a 54% - cenário que tem mudado com as ações deflagradas desde janeiro deste ano.

A Terra Indígena Yanomami é o maior território indígena do país, com mais 10 milhões de hectares. O número corresponde a extensão aproximada do estado do Pernambuco.

Coordenada pela PF, a Operação Libertação ocorre com apoio do Exército, Força Aérea, Marinha, Força Nacional, Funai, Ibama, e Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente, há mais de 80 procedimentos investigativos em andamento derivados das atividades que apuram crimes nas mais diversas áreas, desde a lavagem de capitais e mineração ilegal até o tráfico de pessoas na Terra Yanomami.

Desde o dia 20 de janeiro, a Terra Yanomami está em emergência de saúde pública. Desde então, o governo Federal atua para frear a crise com envio de profissionais de saúde, cestas básicas e desintração de garimpeiros do território - este último tem como linha de frente o Ibama, PF, Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal.

Data da notícia: **20/06/2023**

Título: Conselho do FGTS aumenta subsídio para habitação popular do Minha Casa Minha Vida, reduz juro e corrige valor do imóvel

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/20/conselho-do-fgts-aumenta-subsidio-para-habitacao-popular-do-minha-casa-minha-vida-reduz-juro-e-corrige-valor-do-imovel.ghtml>

Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CCFGTS) se reuniu nesta terça-feira (20) e decidiu aumentar o subsídio para habitação popular do Minha Casa Minha Vida (MCMV), reduzir a taxa de juros para famílias de baixa renda e corrigir o valor dos imóveis que podem ser financiados com as regras do programa.

O subsídio é a parte do financiamento que é paga pela União por meio do programa habitacional. Em alguns casos, o subsídio do governo pode chegar a 95%, ou seja, a família paga apenas 5% do montante.

- O subsídio para famílias de baixa renda nas faixas 1 (renda mensal de até R\$ 2.640) e faixa 2 (até R\$ 4,4 mil), passou de R\$ 47,5 mil para até R\$ 55 mil.

- A taxa de juros cobrada para famílias com renda mensal de até R\$ 2 mil passou de 4,25% para 4% ao ano, para as regiões Norte e Nordeste, e de 4,5% ao ano para 4,25% ao ano para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.
- O valor máximo do imóvel que pode ser comprado na faixa 3 (mais alta), para famílias com renda entre R\$ 4,4 mil e R\$ 8 mil, passou de R\$ 264 mil para até R\$ 350 mil. Esse valor vale para todo o país, e não somente para as cidades do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo.
- O teto dos imóveis para as faixas 1 e 2 do Minha Casa Minha Vida, por sua vez, ficará entre R\$ 190 mil e R\$ 264 mil - de acordo com a localização do imóvel (*veja abaixo*).

As mudanças serão regulamentadas pelo Ministério das Cidades até 30 de junho. A previsão é que sejam implementadas ao longo de julho deste ano.

Orçamento e metas

O Minha Casa, Minha Vida foi criado em 2009, no segundo mandato do governo Lula. O governo separou R\$ 9,5 bilhões para o programa neste ano.

Em 2020, sob a gestão de Jair Bolsonaro, foi substituído pelo Casa Verde e Amarela – que alterou alguns pontos do programa original, mas mantinha o objetivo de facilitar o acesso a moradias para famílias de baixa renda.

O Minha Casa Minha Vida foi retomado pela gestão petista em fevereiro deste ano.

A meta do governo Lula para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida é de atender 2 milhões de famílias até 2026 considerando os benefícios que forem distribuídos entre todas as faixas de renda.

Lula fala em ampliar programa

Neste mês, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que quer ampliar o programa Minha Casa, Minha Vida para famílias de classe média, que ganham até R\$ 12 mil.

A versão atual do programa é voltada a facilitar o financiamento de moradias a famílias residentes em áreas urbanas, com renda mensal bruta de até R\$ 8 mil, e famílias de áreas rurais com renda bruta anual de até R\$ 96 mil.

"Nós precisamos fazer não apenas o Minha Casa, Minha Vida para as pessoas mais pobres. Precisamos fazer o Minha Casa, Minha Vida para a classe média. O cara que ganha R\$ 10 mil, R\$ 12 mil, R\$ 8 mil esse cara também quer ter uma casa e esse cara quer ter uma casa melhor", disse Lula, na semana passada.

Data da notícia: **20/06/2023**

Título: Após recorde de inscrições, Mais Médicos terá 10 mil novas vagas com participação de municípios

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/20/apos-recorde-de-inscricoes-mais-medicos-tera-10-mil-novas-vagas-com-participacao-de-municipios>

Depois de ter um número recorde de inscritos no primeiro edital deste ano, em maio, o programa Mais Médicos entra em nova etapa, com a abertura de 10 mil novas vagas. Desta vez, as contratações serão feitas em parcerias com estados e municípios. As vagas podem ser solicitadas pelas prefeituras até o próximo dia 27.

Com as novas vagas, o programa deverá superar os 15 mil contratados até o fim do ano. O primeiro chamamento teve 5.970 vagas, para as quais mais de 34 mil médicos se inscreveram. Em todas as etapas da seleção, médicos brasileiros formados em instituições do próprio país terão prioridade na contratação.

Para a segunda leva de contratações, as prefeituras de todos os 5.570 municípios brasileiros poderão solicitar novas vagas. Na seleção, serão priorizadas cidades de

maior vulnerabilidade social, seguindo os critérios do programa de garantia de atendimento nos chamados "vazios assistenciais".

Para definição desses critérios serão levados em conta dados do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). As cidades onde há maior demanda poderão ter aumento de até 100% nas equipes de Saúde da Família.

Segundo as regras definidas, o Ministério da Saúde fica responsável pelo pagamento da bolsa-formação dos médicos, enquanto o poder público municipal arca com as despesas de auxílio moradia e alimentação. "Essa forma de contratação garante às prefeituras um menor custo, maior agilidade na reposição do profissional e a permanência nessas localidades", destaca o Ministério.

Após o período de inscrições das cidades e distribuição das vagas, será publicado o edital para a contratação dos profissionais. Segundo o cronograma divulgado pelo Ministério da Saúde, isso deve acontecer no próximo dia 10 de julho.

Os profissionais contratados vão atuar, a princípio, por um período de quatro anos, e o prazo pode ser prorrogado uma vez. Apesar de o pagamento ser formalmente uma bolsa e não um salário, os participantes terão direito a férias de 30 dias por ano e estarão vinculados à Previdência Social.

O valor mensal previsto para pagamento é de R\$ 12,3 mil. Médicos escalados para cidades na Amazônia Legal, em regiões de fronteiras, em áreas indígenas ou cidades com vulnerabilidade social muito alta (também de acordo com a classificação do Ipea) receberão valores adicionais, dependendo do local.

Data da notícia: **22/06/2023**

Título: O que a PF encontrou no celular de Mauro Cid sobre plano golpista?

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/22/o-que-a-pf-encontrou-no-celular-de-mauro-cid-sobre-plano-golpista>

No início de maio, a Polícia Federal (PF) apreendeu o celular do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), o coronel Mauro Cid. Além de mensagens trocadas entre oficiais do Exército e reservistas sobre o papel das Forças Armadas contra o resultado das eleições presidenciais do ano passado, foi encontrada a minuta de um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que poderia embasar um golpe de Estado.

O celular foi apreendido durante a Operação Venire, que investiga grupo suspeito de fraudar carteiras de vacinação contra a covid-19 nos sistemas do Ministério da Saúde, incluindo dados de imunização de Bolsonaro e familiares. Mauro Cid está preso por supostamente articular o esquema.

De acordo com a PF, foram inseridos dois registros de vacinação contra a covid-19 na carteira de Bolsonaro, o primeiro em 13 de agosto e o segundo em 14 de outubro de 2022. Os registros foram feitos retroativamente, ou seja, inseridos em 21 de dezembro do ano passado, poucos dias antes de Bolsonaro viajar aos Estados Unidos.

As investigações, no entanto, levaram a PF a encontrar as mensagens e os documentos de cunho golpista.

Além dessas duas investigações, Mauro Cid também é alvo de um inquérito que apura o caso das joias da Arábia Saudita, presentes à presidência da República, mas que foram trazidas ilegalmente ao Brasil e incorporadas ao acervo pessoal de Bolsonaro durante o seu mandato. Segundo a PF, Cid tentou reaver as joias que foram apreendidas pela Receita Federal, no Aeroporto Internacional de Brasília.

Confira o conteúdo golpista encontrado no celular de Mauro Cid:

Conversas sobre o golpe

Nas mensagens encontradas, um dos interlocutores de Mauro Cid foi o coronel do Exército Jean Lawand Junior. “Cidão, pelo amor de Deus, cara. Ele [Bolsonaro] dê a ordem que o povo tá com ele, cara. Se os caras não cumprir, o problema é deles. Acaba o Exército Brasileiro se esses cara não cumprir a ordem do, do Comandante Supremo. Como é que eu vou aceitar uma ordem de um General, que não recebeu, que não aceitou a ordem do Comandante. Pelo amor de Deus, Cidão. Pelo amor de Deus, faz alguma coisa, cara. Convince ele a fazer”, disse Lawand em um dos áudios enviados a Mauro Cid, em 30 de novembro de 2022, segundo transcrição da PF.

Em outro momento, Lawand afirma: “Meu amigo, na saída do QG encontro bom o ROSTY, SCmt COTER. Foi uma conversa longa, mas para resumir, se o EB [Exército Brasileiro] receber a ordem, cumpre prontamente. De moto próprio o EB nada vai fazer porque será visto como golpe. Então, está nas mãos do PR [presidente]”.

De acordo com apuração da PF, o nome ROSTY pode estar relacionado ao General de Divisão, Subcomandante de Operações Terrestres do Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro, Edson Skora Rosty.

Algumas semanas antes, em 13 de novembro de 2022, o sargento do Exército Luis Marcos Dos Reis, que esteve nos atos golpistas em 8 de janeiro, afirmou que “é mais fácil” ele ajudar as manifestações de bolsonaristas que estavam ocorrendo em frente ao quartel-general do Exército de Goiânia “do que tirar [os caras] de lá”.

Dos Reis também compartilhou, no dia dos atos golpistas, “diversas filmagens das manifestações na esplanada dos ministérios juntamente com sua esposa e um de seus filhos. Além de realizar as filmagens, ele realizou o compartilhamento com alguns contatos de seu telefone. A seguir serão expostas algumas imagens extraídas dos vídeos gravados e as conversas em que esse conteúdo foi compartilhado”, afirma a PF em laudo.

Grupo com militares da ativa

Em um grupo no aplicativo WhatsApp formado por militares da ativa, fala-se em ruptura institucional, necessidade de ação por parte das Forças Armadas, “globalismo socialista” e guerra.

“Uma ação por parte do PR [presidente] e FA [Forças Armadas], que espero que ocorra nos próximos dias”, afirma uma pessoa identificada como Gian, em 27 de novembro do ano passado. “Sem volta, ou o PR/FA fazem algo, ou seremos arrastados para o problema, o que é pior.”

Em outro momento, outra pessoa questiona se terá “careca sendo arrastado por blindado em Brasília”, o que a PF acredita fazer referência ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes.

Um interlocutor identificado como Marcio Resende responde: “Se o Bolsonaro acionar o 142, não haverá general que segure as tropas. Ou participa ou pede pra sair!!!”. Também diz que se os militares não têm “coragem de enfrentar o cabeça de oco e uma fraude eleitoral, vamos enfrentar quem???”.

Tese de Ives Gandra

Também foi encontrada uma tese sobre a utilização do artigo 142 da Constituição, que permitiria uma intervenção das Forças Armadas em caso de conflito entre os Três Poderes, escrita pelo advogado e professor emérito da Universidade Mackenzie Ives Gandra Martins.

O conteúdo estava em um e-mail enviado ao major do Exército Fabiano da Silva Carvalho, que perguntou a Gandra Martins em quais situações as Forças Armadas poderiam ser acionadas. Em resposta, o advogado afirma que o acionamento “pode ocorrer em situação de normalidade se no conflito entre Poderes, um deles apelar para as Forças Armadas, em não havendo outra solução”.

Martins ainda cita o golpe militar de 1964 como exemplo. “A implantação dos governos militares em 1964 foi uma imposição popular por força dos desmandos do Governo Jango e do desrespeito constitucional aos princípios que deveria obedecer,

inclusive na hierarquia militar com indicação de oficial general de três estrelas para Ministro. Toda a imprensa foi favorável ao movimento, conforme demonstro em minha avaliação escrita para o TRE paulista, que lhe repasso", afirma o advogado no e-mail.

Documento que cita a Constituição

A PF também encontrou uma espécie de backup no qual Cid reuniu as possibilidades legais para realizar um golpe supostamente dentro da constitucionalidade. Entre os documentos, um deles diz que um juiz "não pode aplicar a lei de forma injusta, ou seja, contra a Constituição, em especial de modo contrário ao Princípio da Moralidade Institucional [...] Do contrário, teremos uma atuação ilegítima".

Cid também enumerou as decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgadas como parte de um "ativismo judicial", que poderiam justificar um golpe.

"Devemos considerar que a legalidade nem sempre é suficiente: por vezes a norma jurídica ou a decisão judicial são legais, mas ilegítimas por se revelarem injustas na prática. Isto ocorre, quase sempre, em razão da falta de constitucionalidade, notadamente pela ausência de zelo à moralidade institucional na conformação com o ato praticado", revela um trecho.

"Insta dizer que o Princípio da "Moralidade Institucional" presume a probidade de todo e qualquer agente público, ou seja, sua honestidade e lisura. Ele proíbe o desvio de finalidade, enquanto arbitrariedade supralegal. Enfim, não permite que leis e/ou decisões injustas sejam legitimadas por atos autoritários e afastados do marco constitucional."

Ao final, o texto sugere: "Diante de todo o exposto e para assegurar a necessária restauração do Estado Democrático de Direito no Brasil, jogando de forma incondicional dentro das quatro linhas, com base em disposições expressas da Constituição Federal de 1988, declaro o Estado de Sítio; e, como ato contínuo, decreto Operação de Garantia da Lei e da Ordem".

Minuta de um decreto golpista

A Polícia Federal (PF) também encontrou a minuta de um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que poderia embasar um golpe de Estado. A GLO é um instrumento jurídico que permite ao presidente da República convocar as Forças Armadas em momentos de perturbação da ordem pública.

No despacho que autorizou o depoimento de Cid à PF em relação a este caso, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes declara que o material aborda "a possibilidade de empregar as Forças Armadas excepcionalmente, com o objetivo de assegurar o funcionamento autônomo e harmônico dos poderes da União".

De acordo com as investigações, os documentos foram encontrados em uma conversa de Cid com o sargento Luís Marcos dos Reis. Em outras mensagens, os dois conversam sobre persuadir autoridades do Exército e a colaborarem com a GLO.

Ambos foram presos durante a operação que apura fraudes em cartões de vacinação, como o do ex-presidente Jair Bolsonaro. Foi a partir desta operação que a PF passou a investigar a suposta participação dos envolvidos em uma preparação para um golpe de Estado.

A PF desconfia que o plano de um golpe envolvia a edição do decreto da GLO e depois a implementação da minuta encontrada na residência do ex-ministro da Justiça Anderson Torres. O documento poderia autorizar Bolsonaro a declarar estado de defesa nas sedes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para reverter o resultado da eleição presidencial do ano passado.

Gabriela Cid e Ticiania Villas Bôas

A Polícia Federal também apreendeu o celular de Gabriela Cid, esposa de Mauro Cid, no qual contém conversas de cunho golpista com a filha do general Eduardo Villas Bôas, Ticiania Haas Villas Bôas.

Ambas defenderam a realização de uma nova eleição, com voto impresso, e a queda do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes.

Em determinado momento, Gabriela afirma: “Temos q exigir novas eleições c voto impresso. Nada de intervenção federal. (...) Estamos diante de um momento tenso onde temos q pressionar o congresso. Agora!!!!”. Ticiano, então, responde: “Ou isso, ou a queda do Moraes [ministro Alexandre de Moraes]”.

Ticiano também afirma que o Exército "tinha que mandar alguém falar com os cabeças dos caminhoneiros e dizer quais tem que ser a reivindicação deles". "Sim. Estão falando em intervenção federal. Mas tem q ser impeachment, novas eleições com voto impresso", respondeu Gabriela.

Em outro momento, Ticiano e Gabriela falam sobre orientar os caminhoneiros em direção a um golpe de Estado. "Os caminhoneiros tem q ser orientados", disse Gabriela. "Alguém tinha que falar com eles", respondeu Ticiano. "Sim! Foi o que pediu o presidente [Bolsonaro]. E acho que todos que podem tem q vir pra Bsb [Brasília]. Invadir Brasília como no 7 de setembro e dessa vez o presidente com essa força agirá", afirmou a mulher de Mauro Cid.

Data da notícia: **22/06/2023**

Título: Bolsonaro inelegível? Confira o passo a passo do julgamento que começa nesta quinta-feira

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/22/bolsonaro-inelegivel-confira-o-passo-a-passo-do-julgamento-que-comeca-nesta-quinta-feira>

Começa nesta quinta-feira (22), às 9h, a sessão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que vai julgar o processo que pode tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível. A discussão pode levar até três sessões para ser concluída, de modo que é provável que só termine na próxima semana. O Brasil de Fato apresenta um passo a passo do que vai acontecer.

O julgamento será transmitido na íntegra pelo canal do TSE no YouTube. A sessão desta quinta tem início marcado para 9h, e a pauta prevê o julgamento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) 0600814-85. As outras duas sessões estão previstas para a próxima terça-feira, dia 27 (com início às 10h), e na quinta-feira, 29 (às 9h).

Além de Bolsonaro, também poderá ficar inelegível o ex-ministro Walter Braga Netto (PL), candidato a vice na chapa derrotada no segundo turno das eleições de 2022. O processo tem como relator o corregedor-geral eleitoral, ministro Benedito Gonçalves. É ele quem inicia o julgamento, com a leitura do relatório da Aije, que está disponível no site do TSE e conta com detalhes sobre depoimentos, perícias e providências requeridas.

Logo após a leitura, os advogados de acusação e defesa terão acesso à tribuna para apresentarem seus argumentos. Cada um terá até 15 minutos para as apresentações orais. Quem fala na sequência é o representante do Ministério Público Eleitoral (MPE), que vai dar o parecer do órgão sobre o caso.

A votação começará após essas apresentações orais. O relator, ministro Benedito Gonçalves, será o primeiro a votar. Na sequência virão os ministros Raul Araújo, Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, Cármen Lúcia (vice-presidente do TSE), Nunes Marques e, por fim, o presidente do Tribunal, Alexandre de Moraes.

Há possibilidade de adiamento da decisão, caso haja pedido de vista - quando algum ministro declara que precisa de mais tempo para analisar o processo. Nesse caso, o prazo para retomada do julgamento é de 30 dias, renováveis por mais 30.

O que está sendo julgado?

A Aije foi proposta pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), que alega que Bolsonaro e Braga Netto cometeram abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação durante reunião do então presidente com embaixadores estrangeiros no Palácio da Alvorada, em 18 de julho de 2022. O encontro foi transmitido ao vivo pela *TV Brasil* e por redes sociais.

Saiba mais: Do que Bolsonaro é acusado no julgamento que começa nesta quinta no TSE?

"É inegável que o Senhor Jair Messias Bolsonaro aproveitou-se do evento para difundir a gravação do discurso com finalidade eleitoral, indissociável ao pleito de 2022. Isso porque o ataque à Justiça Eleitoral e ao sistema eletrônico de votação faz parte da sua estratégia de campanha eleitoral", diz o pedido inicial da ação.

Por se tratar de uma questão eleitoral, portanto, o julgamento não focará na questão da possível violação ao Estado Democrático de Direito ao se atacar o sistema de votação do Brasil, ainda que o tema possa aparecer lateralmente nos votos de ministros. A ação do PDT afirma que Bolsonaro incorreu em duas condutas que levam à inelegibilidade, de acordo com lei eleitoral: abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação social.

Data da notícia: **23/06/2023**

Título: STF retoma o julgamento do piso salarial da enfermagem nesta sexta (23)

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/23/stf-retoma-o-julgamento-do-piso-salarial-da-enfermagem-nesta-sexta-23>

O Supremo Tribunal Federal (STF) agendou para esta sexta-feira (23) o julgamento sobre o piso salarial nacional da enfermagem. A análise será feita em plenário virtual e deve ser encerrada até às 23h59 de 30 de junho.

Os ministros votarão para confirmar ou não a decisão de maio deste ano do ministro Luís Roberto Barroso que liberou o piso salarial nacional de enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira. O magistrado ressaltou, no entanto,

que os salários devem ser pagos por estados, municípios e autarquias apenas nos limites dos recursos repassados pela União.

O tema começou a ser votado depois que a Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7222, em 8 de agosto do ano passado, contra a Lei 14.434, que o piso salarial nacional, promulgada três dias antes.

A confederação pediu ao STF que declare "a inconstitucionalidade dos dispositivos ora impugnados por todas as violações à Carta da República citadas ao longo da exordial e pela patente irrazoabilidade da Lei 14.434/2022 (comprovada, por igual, pelas danosas consequências práticas da medida para toda a coletividade)".

O piso nacional salarial chegou a ser suspenso pelo próprio ministro Luís Roberto Barroso, quando pediu a entes públicos e privados da área da saúde esclarecimentos para avaliar o impacto nos gastos públicos e o risco de demissões. A suspensão, no entanto, foi derrubada depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a abertura de crédito especial de R\$ 7,3 bilhões para o pagamento do piso.

Os ministros chegaram a iniciar o julgamento no último dia 16 de junho, mas o processo foi paralisado devido a um pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Antes, os ministros Luís Roberto Barroso, relator do processo, e Gilmar Mendes se manifestaram pela confirmação da decisão, em voto conjunto.

"É importante deixar claro que os profissionais de enfermagem devem ter remuneração proporcional à nobreza com exercem o seu ofício e à admiração que merecem, desse Tribunal e de toda a sociedade. Cabe lembrar e exaltar sua atuação heroica no curso da pandemia da Covid-19 e a resiliência demonstrada ao enfrentar condições frequentemente precárias de trabalho", escreveram os ministros.

Os magistrados decidiram que a União poderá criar crédito suplementar em caso de insuficiência de recursos federais para o pagamento de funcionários públicos. No setor privado, Barroso e Mendes propuseram um prazo de 60 dias para que empresas e sindicatos façam negociações coletivas para flexibilizar o valor do piso.

Edson Fachin, no entanto, divergiu do relator. O ministro entendeu que não deve haver distinção entre funcionários públicos e privados e, por isso, o piso nacional salarial da enfermagem deve aplicado de forma imediata e integral a todos.

"Ora, o destinatário do direito é o próprio trabalhador e, se o espírito do legislador constituinte foi o de garantir a ampliação da melhoria de suas condições sociais e de conferir maior segurança à negociação coletiva, não se afigura admissível interpretação literal que, ao invés de garantir o cumprimento da Constituição, subscreva a sua própria desconstitucionalização", afirmou Fachin.

Data da notícia: **26/06/2023**

Título: Fome no Brasil atinge mais as famílias de mulheres negras, aponta estudo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/26/fome-no-brasil-atinge-mais-as-familias-de-mulheres-negras-aponta-estudo>

Mulheres, pessoas negras, famílias que convivem com o desemprego e de menor poder aquisitivo são as maiores vítimas da insegurança alimentar (IA) no universo de mais de 33 milhões de pessoas que convivem com essa realidade no Brasil. Em alguns cenários nem mesmo anos a mais de educação formal garantem maior proteção contra a fome.

As conclusões são do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN), com dados de novembro de 2021 a abril de 2022. O estudo teve os primeiros resultados divulgados em junho do ano passado e, agora, traz recortes de raça e gênero.

“O racismo no Brasil não está apenas nos xingamentos desumanos e ofensas contra as pessoas. Ele está expresso também em não ter compromisso, não entender, não

buscar apoiar políticas que possam resolver esse problema, que façam com que as pessoas negras sejam incluídas na sociedade”, aponta Catia Maia diretora executiva da Oxfam Brasil.

Segundo a pesquisa, 20,6% das famílias chefiadas por pessoas autodeclaradas pardas e pretas sofriam com a fome no período observado. Isso significa que um em cada cinco grupos familiares desse conjunto vivia cotidianamente sem acesso a alimentação de qualidade, com incertezas sobre a garantia das refeições diárias e até mesmo totalmente sem alimentos à mesa.

Quando o dado é colocado lado a lado com as observações sobre famílias chefiadas por pessoas brancas, a desigualdade fica explícita. O índice foi de 10,6%, metade do que foi levantado entre pessoas pretas. As mulheres negras apresentaram situação ainda mais frágil; 22% dos lares em que elas estão à frente convivem com a fome. No caso das mulheres brancas o índice é de 13,5%.

A segurança alimentar (SA) foi maior nos lares chefiados por pessoas brancas, mais de 58% no caso dos homens e 47,5% para as mulheres. Por outro lado, a IA moderada e grave foi mais frequente em domicílios que tinham pessoas negras como referência.

“Se considerarmos as formas mais severas da IA juntas, ou seja, a IA moderada + grave, encontramos que 4 em cada 10 lares chefiados por mulheres negras apresentavam privação de acesso aos alimentos e, em dois destes, seus moradores se encontravam em situação de fome”, diz o estudo.

A pesquisadora da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) e professora do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rosana Sales Costa, afirma que o inquérito é uma base para a construção de soluções

“Procuramos explorar recortes que estão relacionados à base da desigualdade social no nosso país. Exatamente para poder entender o que pode ser feito a partir dessas informações, como uma forma de reduzir a desigualdade especificamente para a

população preta e para as mulheres. Estamos tratando do racismo e do sexismo estruturais do nosso país.”

Trabalho e educação

A VIGISAN mostra também que quem tinha menor escolaridade, atuava no trabalho informal ou não tinha emprego corria mais riscos de conviver com a fome. Nas famílias chefiadas por pessoas com carteira assinada, autônomas e com renda familiar mensal superior a 1 salário-mínimo, a segurança alimentar esteve presente em 80% dos lares autodeclarados brancos e em 73% dos negros.

Novamente, as análises reafirmam que as mulheres negras são as vítimas mais frequentes. Em situações de desemprego, 39,5% dos domicílios chefiados por elas conviviam com a fome. O inquérito destaca, no entanto, “que a situação de desemprego impacta todos os grupos sociais analisados; sendo as prevalências de IA grave em domicílios chefiados por mulheres brancas (36,2%), homens negros (34,3%) e homens brancos (25,3%).”

O recorte da escolaridade mostra que as famílias chefiadas por mulheres negras não estão mais seguras em relação à fome nem quando têm maior acesso à educação. Mesmo quando têm oito anos ou mais de estudo, elas estão mais sujeitas à insegurança alimentar que todos os outros grupos pesquisados.

Um terço das famílias que têm como figura de referência uma mulher negra com esse tempo de formação convive com o problema em graus moderado ou grave. Para os homens negros o índice é de 21,3% de homens negros, mulheres brancas 17,8% e homens brancos 9,8%.

O inquérito traz ainda um alerta quanto à insegurança alimentar nos lares chefiados por essas mulheres e que têm crianças menores de dez anos. Mais de 23% conviviam com IA grave. “Já o percentual de domicílios chefiados por mulheres negras com menores de 10 anos e em condição de SA (21,3%) chegou à metade do encontrado em lares chefiados por homens brancos (52,5%) e quase a metade do percentual encontrado em domicílios chefiados por mulheres brancas (39,5%).”

Catia Maia ressalta que o Brasil viveu anos de desmonte das políticas sociais nos anos do governo de Jair Bolsonaro (PL), que precisam ser retomadas urgentemente.

“Resolver a fome tem solução. O Brasil tinha resolvido isso nos anos 2010, quando saiu do mapa da fome das Nações Unidas. Isso foi uma vitória da população brasileira, dos movimentos sociais que produzem nosso alimento e das políticas públicas. Porque é preciso providenciar na emergência o que aquela família vai comer, mas é preciso também pensar em uma sustentação.”

Segundo Rosana Sales Costa o momento é de reabrir o diálogo. “Ano passado nós perdemos muito tempo tendo que defender e provar os dados do nosso relatório. No cenário atual, colocamos o dia 28 de fevereiro como um grande marco, quando foi retomado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Agora, esperamos que com esse relatório, que será apresentado em momento oportuno ao governo, nossos pares possam olhar esse relatório, conversar, pensar e reestruturar algumas das políticas sociais que estejam estruturalmente relacionadas ao racismo ao sexismo, para tentarmos, de fato, reverter esse quadro.”

O VIGISAN é uma realização da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), com dados obtidos pelo Instituto Vox Populi. A iniciativa tem apoio das organizações Ação da Cidadania, ActionAid, Ford Foundation, Fundação Friedrich Ebert Brasil, Ibirapitanga, Oxfam Brasil e Sesc São Paulo.

Foram realizadas entrevistas em 12.745 domicílios, em áreas urbanas e rurais de 577 municípios, nos 26 estados e no Distrito Federal.

Data da notícia: **26/06/2023**

Título: Enfermeiros do DF aprovam paralisação de 24h na próxima quarta (28)

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/26/enfermeiros-do-df-aprovam-paralisacao-de-24h-na-proxima-quarta-28>

Em assembleia realizada na última quinta-feira (22), o Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal (SindEnfermeiros-DF) aprovou uma paralisação de 24h horas na próxima quarta-feira (28), dia de ato nacional pela implementação do piso salarial da enfermagem.

Em Brasília, a mobilização acontece na Alameda das Bandeiras, em frente ao Ministério da Saúde. No mesmo dia, a categoria realizará outra assembleia para deliberar sobre greve geral.

Enfermeiros e enfermeiras se mobilizam diante das recentes movimentações de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo é pressionar a Corte e evitar a revogação do piso salarial.

“Os ministros do STF estão acabando com o nosso piso, antes mesmo de entrar no nosso contracheque. A cada voto de cada ministro, o piso vai ficando mais longe de trazer uma dignidade salarial mínima”, afirma o sindicato.

O julgamento que trata do piso salarial da enfermagem já recebeu, num ato inédito, um voto conjunto entre os ministros Luis Roberto Barroso, relator do processo, e Gilmar Mendes. Nele, os ministros atribuíram à União a responsabilidade do pagamento do piso “até quando os recursos fornecidos pela União, de R\$ 7,3 bilhões, atenderem aos pagamentos”.

Os magistrados decidiram que a União poderá criar crédito suplementar em caso de insuficiência de recursos federais para o pagamento de funcionários públicos. No setor privado, Barroso e Mendes propuseram um prazo de 60 dias para que empresas e sindicatos façam negociações coletivas para flexibilizar o valor do piso.

Edson Fachin, no entanto, divergiu do relator. O ministro entendeu que não deve haver distinção entre funcionários públicos e privados e, por isso, o piso nacional salarial da enfermagem deve aplicado de forma imediata e integral a todos.

"Ora, o destinatário do direito é o próprio trabalhador e, se o espírito do legislador constituinte foi o de garantir a ampliação da melhoria de suas condições sociais e de conferir maior segurança à negociação coletiva, não se afigura admissível

interpretação literal que, ao invés de garantir o cumprimento da Constituição, subscreva a sua própria desconstitucionalização", afirmou Fachin.

Já o ministro Dias Toffoli votou, nesta sexta-feira (23) após ter pedido vistas do processo na última semana, pela regionalização do pagamento do piso.

“Entendo que esse piso deve ser fixado de forma regionalizada, mediante negociação coletiva nas diferentes bases territoriais e nas respectivas datas bases, privilegiando-se, a um só tempo, a autonomia sindical, a liberdade econômica dos empregadores da saúde e as peculiaridades regionais”, escreve o ministro.

Segundo o SindEnfermeiros-DF, outra preocupação é a inclusão do piso salarial no arcabouço fiscal, pois isso significa que “se não houver arrecadação suficiente, o pagamento do piso pode ser cancelado”.

Outra questão levantada pela categoria é a vinculação do pagamento do piso ao cumprimento de 44 horas semanais. Para a entidade o piso salarial deve ser pago independente da carga horária.

Data da notícia: **26/06/2023**

Título: Trabalhadores da enfermagem do Rio anunciam paralisação para a próxima quinta-feira (29)

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/26/trabalhadores-da-enfermagem-do-rio-anunciam-paralisacao-para-a-proxima-quinta-feira-29>

A partir da próxima quinta-feira (29), enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem das redes pública e privada do estado do Rio de Janeiro realizarão uma paralisação total da categoria por 48h. Os trabalhadores reivindicam o piso nacional da categoria.

Na manhã da última sexta-feira (23), os profissionais fizeram um ato em frente ao Hospital Geral de Bonsucesso, na zona Norte do Rio de Janeiro, para exigir a aplicação da Lei 14.434/22.

Após o protesto no Hospital Geral de Bonsucesso, os manifestantes seguiram em caminhada para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição à qual a ministra da Saúde, Nísia Trindade, foi presidenta entre os anos de 2017 e 2022.

O próximo ato da categoria na quinta-feira (29) será realizado em frente ao Hospital dos Servidores, na zona Central do Rio, junto com uma caminhada até a sede da Prefeitura do Rio. Além da reivindicação do piso salarial, os profissionais também pedem a não privatização de hospitais federais.

Retomada

Nesta sexta-feira (23), o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento do piso salarial nacional da enfermagem. A análise será feita em plenário virtual e deve ser encerrada até às 23h59 de 30 de junho.

Os ministros votarão para confirmar ou não a decisão de maio deste ano do ministro Luís Roberto Barroso que liberou o piso salarial nacional de enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira. O magistrado ressaltou, no entanto, que os salários devem ser pagos por estados, municípios e autarquias apenas nos limites dos recursos repassados pela União.

A Lei nº 14.434/2022, que instituiu os novos valores mínimos salariais do segmento prevê os valores de remuneração a partir de R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem e R\$ 2.375 para auxiliares e parteiras.

Data da notícia: **26/06/2023**

Título: Fome atinge uma a cada cinco famílias chefiadas por pessoas pretas no Brasil, aponta pesquisa

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/fome-atinge-uma-a-cada-cinco-familias-chefiadas-por-pessoas-pretas-no-brasil-aponta-pesquisa/>

No Brasil, a fome é uma mazela social histórica que, nos anos recentes, voltou a crescer. No ano passado, por exemplo, mais de 33 milhões de pessoas passavam fome no país, mas a condição não atinge a todos, indistintamente: ela é maior nas famílias chefiadas por pessoas que se declaram pretas ou pardas, em comparação aos lares de pessoas brancas. Assim como nas famílias lideradas por mulheres. É o que mostra o suplemento do 2º Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Vigisan), divulgado nesta segunda-feira 26.

De acordo com a pesquisa, cerca de 1 a cada 5 famílias chefiadas por pessoas declaradas pretas ou pardas no Brasil sofre com a fome (20,6% e 17%, respectivamente). Essa proporção é, praticamente, o dobro em comparação aos lares chefiados por pessoas brancas (10,6%).

A situação é ainda mais grave quando o lar é chefiado por uma mulher que se autodeclara preta ou parda: segundo a pesquisa, 22% desses lares sofrem com a fome no país. Para que se possa ter ideia da diferença em relação aos lares chefiados por mulheres brancas neste último caso o percentual de fome é de 13,5%

Os números divulgados hoje são um desdobramento dos dados da Vigisan publicados em junho do ano passado, e têm como foco mostrar o patamar da fome no Brasil a partir de recortes como a cor da pele e o gênero. Desse modo, os números compreendem os anos de 2021 e 2022, medindo, também, os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a fome no país.

É de se esperar que o aumento da escolaridade seja um fator importante para que a pessoa possa deixar de conviver com a fome. Não foi, porém, o que a pesquisa

mostrou em relação às famílias chefiadas por mulheres negras: segundo os dados, uma maior escolaridade (ou seja, quando a pessoa que comanda a família tem oito ou mais anos de estudo) não protegeu essas famílias da fome. A insegurança alimentar moderada ou grave atingiu cerca de um terço (33%) delas, número maior que os das famílias chefiadas por homens negro (21,3%), mulheres brancas (17,8%) e homens brancos (9,8%).

A pesquisa Vigisan revelou, também, que o fato do chefe da família possuir ou não um emprego formal é uma condição fundamental para a presença ou não da fome no lar. Nos lares chefiados por pessoas negras onde havia desemprego ou trabalho informal, a fome se impôs em metade deles.

Já quando a pessoa responsável pela casa possui um emprego formal com renda mensal familiar superior a um salário mínimo per capita -, a segurança alimentar passa a ser uma realidade para 73% dos lares chefiados por pessoas negras. No caso dos lares chefiados por pessoas brancas, o índice é de 80%.

Ainda assim (e mais uma vez), diferenças de gênero e da cor da pele se apresentam. Segundo dados de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento médio das mulheres (2.095 reais) era quase 30% a menos que o rendimento médio dos homens (2.622 reais) no país. No que se refere às pessoas pardas ou pretas (nesse caso, os dados são de 2022), o rendimento médio dessa parte da população é cerca de 60% menor que o das pessoas brancas.

“A situação de insegurança alimentar e fome no Brasil, que foi denunciada ao mundo pelo II Vigisan, em 2022, ganha maior nitidez agora. A falta de alimentos e a fome são maiores entre as famílias chefiadas por pessoas negras, principalmente mulheres negras. Precisamos urgentemente reconhecer a interseção entre o racismo e o sexismo na formação estrutural da sociedade brasileira, implementar e qualificar as políticas públicas tornando-as promotoras da equidade e do acesso amplo, irrestrito e igualitário à alimentação”, afirmou Sandra Chaves, coordenadora da Rede Penssan.

Os dados divulgados hoje foram coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, por meio da realização de entrevistas em 12.745 domicílios, nas 27 unidades da Federação. O Vigisan é uma realização da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), com dados obtidos pelo Instituto Vox Populi.

Data da notícia: **27/06/2023**

Título: TSE retoma julgamento e Bolsonaro diz que não vai se desesperar: 'Tenho bala de prata para 2026'

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tse-retoma-julgamento-e-bolsonaro-diz-que-nao-vai-se-desesperar-tenho-bala-de-prata-para-2026/>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retoma nesta terça-feira 27 o julgamento que pode tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível. A Corte analisa, a pedido do PDT, o abuso de poder cometido durante uma reunião com embaixadores, quando Bolsonaro disseminou mentiras sobre o sistema eleitoral. O ato foi transmitido pela TV Brasil.

Diante da possibilidade de ficar inelegível, Bolsonaro tem dito que ainda conta com alguns recursos, entre eles a possibilidade de um pedido de vista que forneceria mais tempo para sua defesa. A esperança, segundo o próprio ex-presidente, está em Raul Araújo, segundo ministro a votar na sessão. O primeiro voto será dado pelo relator Benedito Gonçalves.

Bolsonaro tem dito, ainda, que não irá 'se iludir' com a crença de que será poupado pela Justiça Eleitoral. Por isso, já prepara recursos no Supremo Tribunal Federal. A tese principal é de que elementos foram incluídos na petição inicial com o processo

já em curso. Uma decisão em favor da chapa Dilma-Temer, de 2017, seria a grande esperança do ex-capitão neste caso.

Nesta terça, ao jornal Folha de S. Paulo, o ex-presidente tornou a reforçar ver poucas chances de sair ileso do julgamento. Ele disse, porém, que não vai 'se desesperar' diante da possibilidade de ficar inelegível. Afirmou também que, caso não possa concorrer em 2026, já tem 'uma bala de prata'. Ele se negou, no entanto, a fornecer detalhes do plano.

"Eu sou imbrochável até que se prove o contrário. Vou continuar fazendo a minha parte", disse Bolsonaro ao jornal sobre 'o sentimento' horas antes da retomada do julgamento. "Eu não vou me desesperar. O que que eu posso fazer?", avaliou em outro momento da entrevista ao diário.

Ao analisar o cenário futuro, em que ele já estaria inelegível, o ex-presidente disse que sua esposa Michelle Bolsonaro (PL) poderia ser uma candidata, mas, que na sua visão, falta experiência a ela. Sobre Tarcísio de Freitas (Republicanos), apontado , apontado em pesquisas como sucessor de Bolsonaro na direita, Bolsonaro não se mostrou animado:

"Pode ser. Teria que conversar com ele", disse.

Em seguida, porém, revelou ter outro plano em mente, mas que ainda não iria revelar.

"Eu tenho a bala de prata, mas não vou te dizer, para você não ficar perturbando, no bom sentido. Eu tenho a bala de prata, mas não vou revelar".

Data da notícia: **27/06/2023**

Título: Lula propõe criar ‘balcão de áreas improdutivas’ para diminuir conflitos pela terra no País

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/lula-propoe-criar-balcao-de-terras-improdutivas-para-diminuir-conflitos-pela-terra-no-pais/>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que pretende criar uma “prateleira de terras improdutivas e devolutas”, por meio de parcerias com os estados, para solucionar conflitos por terra no país. A declaração foi dada na edição desta terça-feira 17 do programa “Conversa com o Presidente”.

“A gente pode fazer assentamento agrário para quem quiser trabalhar no campo, sem precisar brigar com ninguém”, afirmou Lula. Segundo o presidente, a ideia é se antecipar aos movimentos de ocupação de terras feitos, por exemplo, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fornecendo um panorama das terras improdutivas no país.

Lula abordou a relação entre a agricultura familiar e o agronegócio, ponderando que é preciso defender as duas atividades, nas suas características. Para o presidente, será necessário desenvolver um estoque regulador para o setor.

“Se você estiver, no momento de uma crise, um determinado produto começa a subir muito de preço, você coloca aquele mercado que está estocado para baratear. Se o preço cai demais e o pequeno produtor não tem preço, você garante um preço mínimo para aquele produtor não ter prejuízo na sua roça”, propôs Lula. O presidente chamou a atenção, também, para o fato de que o produtor que exporta deverá estar atento às regras internacionais de controle sobre a origem dos produtos.

Ainda sobre a questão agrária, Lula ressaltou que o mais importante para as pessoas que trabalham no campo é “garantir que os bens essenciais ao ser humano sejam acessíveis: educação, transporte e saúde”. Para Lula, essa garantia pode diminuir os índices de violência no campo, “sem precisar fazer apologia à arma”.

Em abril, a nova edição do relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontou que o Brasil registrou 2.018 casos de conflito no campo em 2022, o que representou um aumento de 10,39% em comparação a 2021. Foram 80 milhões de hectares em disputa em em todo o país, envolvendo quase 1 milhão de pessoas.

Data da notícia: **28/06/2023**

Título: Relator vota por tornar Bolsonaro inelegível por oito anos; julgamento é retomado na quinta

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/27/relator-vota-por-tornar-bolsonaro-inelegivel-por-oito-anos-julgamento-e-retomado-na-quinta>

O ministro Benedito Gonçalves, relator do processo contra Jair Bolsonaro (PL) no Tribunal Superior Eleitoral por abuso de poder e uso indevido de meio de comunicação, votou pela inelegibilidade de Bolsonaro por oito anos, na noite desta terça-feira (27).

Ele disse que o ex-presidente deve ser responsabilizado integralmente pela reunião com diplomatas estrangeiros na qual tentou desacreditar o processo eleitoral brasileiro, pouco mais de dois meses antes das eleições do ano passado.

"A prova produzida aponta para a conclusão que o primeiro investigado foi integral e pessoalmente responsável pela concepção intelectual do evento objeto desta ação", disse o relator, que decidiu não condenar o companheiro de chapa de Bolsonaro, o general Braga Netto.

O julgamento será retomado na manhã de quinta, com os votos de outros seis ministros.

Passo a passo do golpe

No prosseguimento do julgamento, nesta terça (27), Gonçalves havia decidido pela inclusão da minuta golpista no processo e criticou as mentiras faladas pelo ex-presidente.

“Não é possível fechar os olhos para os efeitos antidemocráticos de discursos violentos e de mentiras que coloquem em xeque a a credibilidade da Justiça Eleitoral”, disse o relator durante a leitura de seu voto.

O relator disse que leria um resumo do voto, que conta com mais de 400 páginas, para "acelerar" o processo. Se condenado neste processo, Bolsonaro pode se tornar inelegível por oito anos.

Gonçalves abriu a sessão avisando que manteria no processo a minuta encontrada na casa do ex-ministro bolsonarista Anderson Torres. A defesa de Bolsonaro queria a exclusão do documento - que traz um passo a passo de plano para um golpe de estado - mas o ministro disse que o plenário do TSE já havia decidido em fevereiro pela sua inclusão nos autos e que o documento seria importante para a análise dos fatos em julgamento.

O ministro defendeu ainda o direito de TSE incluir o documento ao rebater argumento de apoiadores de Bolsonaro de que a corte estaria indo contra sua própria jurisprudência, já que em 2017, havia descartado incluir novas evidências no julgamento da chapa Dilma Rousseff com Michel Temer.

"A admissibilidade não confronta, não revoga e não contraria a nossa jurisprudência firmada nas eleições de 2014", disse Benedito Gonçalves.

Depois do relator, restam os votos de outros seis ministros: Raul Araújo, Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, Cármen Lúcia, Nunes Marques e do presidente do TSE, Alexandre de Moraes.

Aliados de Bolsonaro esperam que Araújo - que no passado tomou decisões a favor do ex-presidente - peça vista do processo (prazo de 30 dias para análise, que pode ser ampliado em mais 30 dias), interrompendo o julgamento.

A expectativa é que o resultado do julgamento casse os direitos políticos por oito anos do ex-mandatário, tornando-o inelegível até 2031.

Data da notícia: **28/06/2023**

Título: Parlamentares propuseram cerca de 4 leis pró-LGBTQIA+ por mês, desde 2019

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/28/parlamentares-propuseram-cerca-de-4-leis-pro-lgbtqia-por-mes-desde-2019>

A ascensão do bolsonarismo nos últimos quatro anos resultou em um aumento significativo de ataques à população LGBTQIA+, impulsionados sobretudo por parlamentares apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). De janeiro 2019 a junho de 2022, por exemplo, deputados estaduais de todo o Brasil apresentaram aproximadamente 120 projetos de lei que afetam negativamente esse grupo. No entanto, mesmo diante desse cenário hostil, um movimento progressista tem resistido e se manifestado nos plenários do Brasil.

Em um espécie de contra-ataque aos colegas conservadores, desde 2019, deputados estaduais apresentaram 209 projetos de lei em defesa de direitos da população LGBTQIA+. Quase um por semana ou quase quatro por mês. O número é de um levantamento inédito realizado pela Diadorim, com base em dados das assembleias legislativas dos 26 estados e do Distrito Federal. A pesquisa registrou dados de 1º de janeiro de 2019 a 5 de junho de 2023 e o resultado é publicado nesta série de reportagem da agência.

Dessas 209 leis pró-LGBTQIA+ apresentadas, 25 já foram aprovadas. A primeira delas, de autoria do deputado distrital Fábio Félix (PSOL-DF) — proposto em 26 de

fevereiro de 2019 e aprovado em 25 de junho daquele mesmo ano —, instituiu conteúdos dirigidos à população LGBT na programação do Dia de Prevenção ao Suicídio do Distrito Federal. A lei foi sancionada em 8 de agosto de 2019 pelo governador Ibaneis Rocha (MDB).

O projeto aprovado mais recentemente foi no Acre, proposto em julho de 2022 e aprovado no mês seguinte, é de autoria de Neném Almeida (à época, Podemos; hoje sem partido). Ele proíbe que cargos de livre nomeação e exoneração sejam ocupados por pessoas que tenham sido condenadas pelos crimes de raça, cor, homofobia ou violência doméstica e familiar contra a mulher.

A maior parte dos projetos aprovados — seis, ao todo — é voltada à instituição de datas celebrativas ou de enfrentamento à LGBTfobia. Há também quatro leis que estabelecem penalidades administrativas para pessoas e estabelecimentos em casos de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Os projetos se assemelham à lei de São Paulo, em vigor desde 2001, que prevê advertências, multas e até cassação de alvará de funcionamento em caso de crimes deste tipo.

A implementação de mecanismos de coleta de dados, a formulação de políticas públicas, medidas simbólicas (como nomear unidade de saúde em homenagem a militantes ou pessoas LGBTQIA+) e a garantia do uso de nome social acumulam cada um três leis aprovadas. Neste último caso, há uma lei pioneira do Distrito Federal, também do psolista Fábio Félix, que garante o respeito ao uso do nome social nas lápides e atestados de óbito de travestis, mulheres transexuais, homens transexuais e demais pessoas trans.

Houve também dois projetos de criação de conselhos estaduais, além de uma única lei aprovada na área de esporte, no Amapá, apresentada pela deputada estadual Cristina Almeida (PSB), que instituiu infrações administrativas por atos de racismo e LGBTfobia nos equipamentos esportivos.

Para o antropólogo Lucas Bulgarelli, o perfil de leis aprovadas na legislatura anterior, de 2019 a 2022, reflete uma estratégia parlamentar de evitar confronto com conservadores ao abordar temas relacionados à população LGBTQIA+. Ele é

pesquisador-diretor do Instituto Matizes, ONG que trabalha na pesquisa e educação sobre equidade, diversidade, inclusão e direitos humanos.

“Esses projetos de lei voltados à criação de datas, à criação de medidas simbólicas, são bem paradigmáticos, no sentido de que algumas assembleias legislativas têm dificuldade em conseguir emplacar projetos que toquem em temas mais sensíveis à população LGBTQIA+”, explica.

Dos 209 projetos de leis pró-LGBTQIA+ apresentados em cerca de quatro anos e meio, 44 foram arquivados— entre eles, seis tratavam de punições administrativas em casos de LGBTfobia e outros seis de enfrentamento à violência.

No Rio de Janeiro, por exemplo, arquivaram-se dois PLs que tratavam da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexo. Justamente o estado que aparece com frequência entre os cinco mais violentos para a população LGBTQIA+ — em 2022, compôs o quinteto tanto no dossiê de assassinatos publicado pela Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) quanto no relatório do Observatório de Mortes e Violências contra LBGTI+ no Brasil.

O alto número de arquivamento de projetos de lei nessas áreas, acredita Bulgarelli, mostra “uma certa dificuldade que a gente ainda encontra em relação ao respeito à decisão do Supremo Tribunal que criminalizou LGBTfobia”, em 2019.

Há dois anos, o Matizes realizou uma pesquisa na qual constatou 34 barreiras que impedem isso. “São gargalos de várias ordens: tanto gargalos mais estruturais, como também gargalos que retomam procedimentos administrativos”, lembra o antropólogo. Há dificuldade, por exemplo, de padronização de boletins de ocorrência e das informações das secretarias de segurança pública em relação à violência contra a população LGBTQIA+.

Outros 140 leis pró-LBTQIA+ apresentada ainda estão em tramitação nas assembleias do país. Eles aguardam apreciação e possíveis modificações.

Data da notícia: **29/06/2023**

Título: TSE está a um voto de formar maioria pela condenação de Bolsonaro; veja os destaques do julgamento

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tse-esta-a-um-voto-de-formar-maioria-pela-condenacao-de-bolsonaro-veja-os-destaques-do-julgamento/>

O Tribunal Superior Eleitoral está prestes a formar maioria pela condenação de Jair Bolsonaro à inelegibilidade por oito anos na ação que apura a reunião promovida com embaixadores em julho de 2022. Na agenda, transmitida pela TV Brasil, o então presidente repetiu mentiras sobre o sistema eleitoral e atacou instituições.

Até aqui, votaram para condenar o ex-capitão:

Benedito Gonçalves (relator)

Floriano de Azevedo Marques

André Ramos Tavares

Restam os votos de Cármen Lúcia, Kassio Nunes Marques e do presidente do TSE, Alexandre de Moraes. Até o momento, Raul Araújo foi a o único a divergir e a votar a favor de Bolsonaro. O julgamento será retomado nesta sexta-feira 30, às 12h.

O primeiro a votar foi o ministro Benedito Gonçalves, na última terça 27. Ele decidiu condenar Bolsonaro por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

“A particularidade do abuso de poder político está na utilização do cargo de presidente da República para a consecução das finalidades eleitorais ilícitas no evento de 18/07/2022”, sustentou. “O que mais sobressaiu na ocasião é o que de fato torna o o evento no Palácio da Alvorada um episódio aberrante: foi o uso das prerrogativas de chefe, o poder simbólico de presidente da República e da posição de chefe de Estado para degradar o ambiente eleitoral.”

Já a prática de uso indevido dos meios de comunicação consistiu em recorrer à TV Brasil para difundir informações falsas sobre o sistema eleitoral.

“Conspiracionismo, vitimização e pensamentos intrusivos foram fortemente explorados no discurso de 18/07/2022, para incutir a ideia de que as eleições de 2022 corriam grande risco de serem fraudadas e que o então presidente da República, em simbiose com as Forças Armadas, estaria levando adiante uma cruzada em nome da transparência e da democracia”, considerou o relator.

Raul Araújo, responsável por inaugurar a divergência, concordou com a tese da defesa de não incluir a “minuta do golpe” no processo e defendeu a “intervenção mínima” do Poder Judiciário.

Em seu voto, reconheceu que a reunião com embaixadores contou com “fatos sabidamente inverídicos” e já desmentidos. Disse, ainda, que o evento teve caráter eleitoral, mas alegou que Bolsonaro abordou temas que podem ser discutidos, como o voto impresso.

“Uma democracia não há de ter limites ao direito fundamental à dúvida. Cada cidadão é livre para duvidar”, afirmou o magistrado.

Terceiro a votar, Floriano Marques sustentou que Bolsonaro questionou a confiabilidade da Justiça Eleitoral como de campanha, quando ainda ocupava o cargo de presidente.

“Analisando linha a linha, me convenci de que ele teve claro objetivo eleitoral, para questionar o processo e angariar os proveitos eleitorais em desfavor de seus concorrentes”, diz um trecho de seu voto. “A postura do primeiro investigado faz pronunciar que a performance ali caracterizada patenteou-se menos como a de um chefe de Estado, no exercício da competência de travar relações com nações estrangeiras, e mais como um comportamento típico de campanha eleitoral.”

Segundo Marques, Bolsonaro teve comportamento “muito distante da liturgia do cargo de presidente da República”, o que confere “contornos indiciários bastante servientes à caracterização, quando não só de abuso, certamente de desvio de finalidade”.

O terceiro voto a favor da condenação do ex-presidente partiu de André Ramos Tavares. Ele considerou ter havido “desinformação generalizada e desvio de finalidade” na reunião de Bolsonaro com embaixadores.

O ministro também viu um “alto grau” de de gravidade nos “ataques inúmeros” praticados pelo ex-capitão ao sistema eleitoral e reforçou que a atitude consistia em uma estratégia eleitoral, a relembrar “boatos” não comprovados sobre fraude na disputa presidencial de 2014.

“É possível constatar ataques infundados que se escoraram em boatos concernentes à eleição de 2014”, observou Tavares. “Com a roupagem de debate público, o investigado, na verdade, proferiu sérias acusações, sem estar amparado minimamente por um acervo comprobatório que sustentasse tais conjeturas, incorporando ao seu discurso invenções, mentiras grosseiras, fatos forjados, distorções severas.”

O magistrado avaliou, ainda, que houve a formação de um “pool de perturbações severas à democracia e às instituições, com intuito eleitoral” e não um mero diálogo, como Bolsonaro sustenta em sua defesa.

No início do julgamento, na semana passada, o Ministério Público Eleitoral pediu a condenação de Bolsonaro. Segundo o vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet Branco, o então presidente recorreu a um aproveitamento “arbitrário da situação propiciada pelo desempenho de função pública” devido à “desnaturação de ato oficial em acontecimento fundamentalmente eleitoreiro”

Data da notícia: **30/06/2023**

Título: TSE forma maioria para tornar Bolsonaro inelegível por oito anos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/30/tse-forma-maioria-para-tornar-bolsonaro-inelegivel-por-oito-anos>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) formou maioria para tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível por oito anos, nesta sexta-feira (30), com os votos dos ministros Benedito Gonçalves, Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares e da vice-presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia.

Até agora, Raul Araújo foi o único ministro a votar a favor do ex-presidente. O voto decisivo para a inelegibilidade foi declarado nesta sexta-feira (30) por Cármen Lúcia. "De pronto, com todas as vênias do eminente ministro Raul Araújo, anuncio à vossa excelência e aos senhores ministros que estou acompanhando o ministro relator pela parcial procedência, com a aplicação da sanção de inelegibilidade ao primeiro investigado, Jair Messias Bolsonaro, e declarando improcedente o pedido em relação ao segundo investigado, Walter Souza Braga Netto", afirmou a ministra.

"Houve agravos contundentes contra o Poder Judiciário, a desqualificação do Poder Judiciário. Um ataque deliberado com exposição de fatos que já tinham sido refutados. Os ataques ao Poder Judiciário se deram com nomeação de alguns ministros, como Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e também à vossa excelência [Alexandre de Moraes] de uma forma extremamente grave e contundente."

Cármen Lúcia disse ainda que "a crítica faz parte, o que não pode é um servidor público, e um evento público, dentro de um espaço público, com divulgação pela EBC e pelas redes sociais oficiais fazer achaques contra ministros do Supremo como se não estivesse atingindo a própria instituição E não há democracia sem judiciário independente".

Bolsonaro foi acusado de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) por utilizar o aparato

público para favorecer a si mesmo no processo eleitoral do ano passado. O que motivou a ação foi a reunião de Bolsonaro com embaixadores de países estrangeiros no Palácio da Alvorada, no dia 18 de julho do ano passado, bem como sua ampla divulgação, pela TV Brasil e suas redes sociais.

Ainda votam os ministros Kassio Nunes Marques e o presidente do TSE, Alexandre de Moraes. A expectativa entre os bolsonaristas é que Nunes Marques faça um pedido de vista, ou seja, pedir mais tempo para analisar a ação.

Marques, no entanto, já afirmou que uma inclinação a um pedido de vista é “pura especulação”, em entrevista ao UOL. “Eu nunca tratei desse assunto com ninguém. Pura especulação”, declarou. Por fim, vota Alexandre de Moraes, presidente do TSE. Seu voto deve ser o quinto a favor da inelegibilidade.

Votos a favor da inelegibilidade

O relator Benedito Gonçalves afirmou em seu voto, feito ainda na terça-feira (27), que o TSE “se manterá firme em seu dever de, como órgão de cúpula da governança eleitoral, transmitir informações verídicas e atuar para conter o perigoso alastramento da desinformação que visa desacreditar o próprio regime democrático”.

“No mérito, julgo parcialmente procedente o pedido, para condenar o primeiro investigado, Jair Messias Bolsonaro, pela prática de abuso de poder político e de uso indevido de meios de comunicação nas Eleições 2022 e, em razão de sua responsabilidade direta e pessoal pela conduta ilícita praticada em benefício de sua candidatura à reeleição para o cargo de Presidente da República, declarar sua inelegibilidade por 8 (oito) anos seguintes ao pleito de 2022”, disse o relator.

Floriano de Azevedo Marques, o segundo a votar pela inelegibilidade de Bolsonaro, nesta quinta-feira (29), afirmou que minuta golpista, as lives, os depoimentos sobre o contexto das transmissões e as entrevistas à imprensa são “marginais para a análise dos fatos”. O ministro afirmou que “os graves desafios” ao processo eleitoral que tiveram lugar antes e depois do pleito, “embora execráveis”, não são necessários para configurar abuso de poder e desvio de finalidade na reunião com os embaixadores.

Azevedo destacou que as falas de Bolsonaro sobre o processo eleitoral durante a reunião, a sua apresentação como candidato à reeleição e de suas expectativas em relação ao resultado eleitoral, com mobilização de recursos públicos, já são suficientes para caracterizar abuso de poder.

O ministro destacou que Bolsonaro teve claro objetivo de "angariar proveito eleitoral em desfavor de seus concorrentes". Azevedo ainda defendeu que o uso de um prédio público para uma finalidade diferente para o qual foi destinado – no caso, o Palácio do Alvorada – já seria suficiente para caracterizar improbidade administrativa, uma das previsões para inelegibilidade.

Após Azevedo, no mesmo dia, André Ramos Tavares foi o terceiro ministro a favor da procedência da inelegibilidade. O magistrado defendeu que o direito à liberdade de expressão não permite a propagação de mentiras. Disse ainda que houve "inequívoca inveracidade" com "efeitos nefastos, na democracia e no processo eleitoral". "O referido conteúdo é permeado por afirmações falsas e inequívocos ataques a partidos adversários e a ministros do STF e do TSE."

Tavares defendeu também que é "inviável" ao TSE ignorar os fatos notórios circunscritos à reunião com os embaixadores, que teve por objetivo causar "perturbações severas" contra a democracia e o processo eleitoral. "A candidatura foi beneficiada por uma tática que perpassou todo o conteúdo do discurso proferido no âmbito da cerimônia aqui analisada, de maneira a agitar as bases eleitorais, no sentido canalizar votos para impedir que qualquer outro candidato, mais especialmente um deles, obtivesse vitória nas eleições de 2022, manipulando a polarização da sociedade em benefício eleitoral do investigado", afirmou Tavares.

"A respeito do caráter eleitoral, importante notar que a classificação de determinado ato típico da campanha não demanda necessariamente pedido de voto ou exposição de projetos. O cunho eleitoral do evento é verificado a partir da veiculação de táticas típicas de campanha, mais do que isso, uma tática muito própria do investigado."

Votos contrários à perda do direito político

O ministro Raul Araújo votou contra o pedido de inelegibilidade, baseando-se na defesa da liberdade de expressão. "Qualquer cidadão pode desejar um modelo de votação diferente daquele vigente no país. Tudo isso se insere no espectro constitucional na liberdade de expressão", disse Araújo. "Não é todo o discurso [de Bolsonaro] que veicula informações inverídicas, estando presentes posições em que o investigado apenas expôs suas opiniões, como sobre o voto impresso. (...) A democracia não florescerá onde a liberdade de expressão for ceifada."

O ministro afirmou ainda que é necessário mensurar "com prudência a necessidade de intervenção do Poder Judiciário Eleitoral no processo eleitoral". "A conduta analisada afetou o processo eleitoral com gravidade tal que exige intervenção do Poder Judiciário para assegurar a prevalência do sufrágio?", questionou Araújo. Araújo também divergiu do relator ao se colocar contra a inclusão da minuta de um decreto golpista encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres. O documento autorizaria Bolsonaro a declarar estado de defesa nas sedes do TSE para reverter o resultado da eleição presidencial do ano passado. Para Araújo, trata-se de "documento apócrifo que não pode ser juridicamente considerado como ". O magistrado classificou a minuta como um "estranho achado" e disse que "inexiste qualquer elemento informativo capaz de sustentar para além de ilações a existência de relações entre a reunião e a minuta de decreto".

Relatório de Benedito Gonçalves

No relatório, o ministro Benedito Gonçalves defendeu que as declarações feitas por Bolsonaro durante reunião foram "danosas". Na ocasião, Bolsonaro "atacou a Justiça eleitoral e o sistema eletrônico de votação", o que convergiu "com a estratégia de sua campanha" à reeleição.

A reunião "deve ser analisada como elemento da campanha eleitoral de 2022, dotado de gravidade suficiente para afetar a normalidade e a legitimidade das eleições e, assim, configurar abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação", afirmou Gonçalves durante a leitura de seu relatório. Segundo o documento, Bolsonaro questionou a integridade do sistema eleitoral brasileiro pelo menos 23 vezes somente em 2021.

“A conduta caracteriza desvio de finalidade no exercício do poder discricionário outorgado ao agente público que foi utilizado para de fins eleitorais. O uso da condição funcional de presidente da República para manifesto desvio de finalidade reunindo embaixadores de países estrangeiros e difundir fake news contra o processo eleitoral amolda-se ao abuso de poder político. Foi também utilizado o aparato estatal em favor da candidatura, pois a reunião foi realizada no Palácio do Alvorada e transmitida pela TV Brasil ligada à empresa pública”, afirmou Gonçalves ao ler o seu relatório aos outros ministros.

Walter Braga Netto, que foi candidato à Vice-Presidência na chapa com Bolsonaro, também foi alvo do processo. O militar, no entanto, não se tornou inelegível, uma vez que a maioria dos ministros seguiram o parecer da Procuradoria-Geral Eleitoral contra a punição a Braga Netto. O vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet, argumentou que não há arcabouço probatório da participação do candidato à vice nas condutas descritas. “A Procuradoria-Geral Eleitoral ofereceu parecer no qual opina pela parcial procedência da ação, a fim de que seja declarada a inelegibilidade somente de Jair Messias Bolsonaro em razão de abuso de poder político e de uso indevido dos meios de comunicação, e pela absolvição do candidato a Vice-Presidente a quem não se aponta participação no caso”, afirma o relatório sobre a posição de Gonet.

Argumentos da acusação

Walber de Moura Agra, o advogado do PDT, afirmou que Bolsonaro promoveu “acusações sem lastro em nenhuma prova ao longo de quase 50 minutos, com alegações descabidas, tentando transformar a nossa nação em pária internacional”, diante de 40 embaixadores. “O PDT roga que todos os pedidos sejam aceitos para que a posteridade possa afirmar com orgulho, a plenos pulmões, que em Brasília ainda há juízo.”

O advogado defendeu que a reunião foi apenas uma das ferramentas do conjunto estratégico de Bolsonaro a fim de deslegitimar a eleição. Soma-se a isso, por exemplo, a minuta de um decreto golpista encontrada na casa de Anderson Torres. “Os fatos posteriores são desdobramentos do primeiro. A narrativa é a mesma. Não há incorporação de nenhum fato novo. A minuta de golpe não é fato. Não houve a

sua realização. É um documento. Um documento nocivo. Apesar houve desdobramento de fatos”, argumentou Agra.

A minuta foi incluída no processo a pedido do PDT. A sigla argumentou que a minuta seria um "embrião gestado com pretensão a golpe de Estado", o que contribui com “os argumentos que evidenciam a ocorrência de abuso de poder político tendente promover descrédito a esta Justiça Eleitoral e ao processo eleitoral, com vistas a alterar o resultado do pleito”.

Ao incluir o documento, Benedito Gonçalves afirmou que a tese apresentada pela sigla possui “aderência”, “em especial no que diz respeito à correlação do discurso com a eleição e ao aspecto quantitativo da gravidade”. O discurso, prosseguiu o ministro, “não mirava apenas os embaixadores, pois estaria inserido na estratégia de campanha do primeiro investigado de 'mobilizar suas bases' por meio de fatos sabidamente falsos sobre o sistema de votação”.

A defesa afirmou nos autos, que a minuta não poderia ser incluída no processo como prova porque não “consubstancia verdadeiramente ‘documento’, eis que não assinado, não apresenta identificação de que o produziu, não apresenta destinatário, bem como não identifica efetiva intenção e realidade/materialidade de seu conteúdo”.

Argumentos da defesa de Bolsonaro

Por sua vez, Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, advogado de defesa, argumentou que a aplicação de multas seria mais compreensível do que a condenação à inelegibilidade. “Uma reunião com embaixadores é uma reunião com embaixadores. Há vida em prédio público? Há vida em prédio público. Em que mês? Em julho do ano eleitoral, eleições em outubro. Isso não traduz uma base fatia suscetível de apuração e ação de investigação judicial eleitoral”, argumentou Neto diante dos ministros.

“Se o presidente queimou a largada em matéria de propaganda que se aplique a multa. Se o presidente fez uso indevido de prédio público, que se lhe aplique a multa do artigo 73 da Lei das Eleições. Mas o PDT numa espécie de esquentar eleitoral, como aquelas escaramuças que antecedem os verdadeiros combates, quis pela Aije [Ação de Investigação Judicial Eleitoral]”, disse Neto.

O advogado ainda afirmou que o PDT fez “uso indevido da Justiça Eleitoral como forma de catapultar uma candidatura cambaleante que jamais decolou”, fazendo referência à campanha de Ciro Gomes à Presidência, que ao fim obteve apenas 3,04% dos votos. “Um flagrante desvio de finalidade. Uma ação impostora.”

Neto afirmou ainda que Bolsonaro realizou a reunião “para fazer uma espécie contraponto institucional. Se o presidente é habilidoso no vernáculo, isso não está em julgamento. Tudo a demonstrar que se tratava de um ato típico de governo. Todas as testemunhas disseram a mesma coisa: não tinha nada de eleitoral”.

Reunião com embaixadores

Em seu discurso aos embaixadores, Bolsonaro requeitou acusações já rebatidas pelo TSE. Ele partiu de um inquérito aberto pela Polícia Federal em 2018 sobre uma tentativa de invasão de um hacker ao sistema do tribunal. A Corte já esclareceu que esse acesso foi bloqueado e não teve qualquer interferência no resultado das eleições. Entre as mentiras ditas pelo então presidente durante a reunião, o Bolsonaro declarou aos embaixadores que o sistema eleitoral não é auditável.

“Nós não podemos enfrentar mais uma eleição, sob o manto da desconfiança. Temos que ter a certeza de que o voto de um eleitor, vai para aquela pessoa”, afirmou Bolsonaro na ocasião. “Quando se fala em eleições, vem à nossa cabeça transparência. E o senhor Barroso (Luís Roberto Barroso, ministro do STF), também como senhor Edson Fachin (presidente do TSE), começaram a andar pelo mundo me criticando, como se eu estivesse preparando um golpe. É exatamente o contrário o que está acontecendo”, acusou Bolsonaro.

O ex-presidente também atacou diretamente os ministros do STF. “Me acusam de atentar contra as eleições e a democracia. Quem faz isso é o próprio TSE... Nós vemos claramente, ministro Fachin foi quem tornou Lula elegível, e agora é presidente do TSE. Ministro Barroso foi advogado do terrorista Battisti que recebeu aqui o acolhimento do presidente Lula em dezembro de 2010. O ministro Alexandre de Moraes advogou no passado para grupos que, se eu fosse advogado, não advogaria”, insinuou Bolsonaro.